



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEDOC

**CONTRIBUIÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO PARA AUTONOMIA DAS  
MULHERES DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS  
ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- LEDOC/  
UNB**

PLANALTINA- DF

2014

SANDRA MATEIA PARKUTZ

**CONTRIBUIÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO PARA AUTONOMIA DAS  
MULHERES DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS  
ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- LEDOC/  
UNB**

Monografia apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de licenciado em Educação do  
Campo com habilitação na área de Linguagem.  
Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Eliene Novaes Rocha

Planaltina – DF  
2014

SANDRA MATEIA PARKUTZ

**CONTRIBUIÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO PARA AUTONOMIA DAS  
MULHERES DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS  
ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- LEDOC/  
UNB**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo com habilitação na área de Linguagem.

Aprovado em 15/12/2014

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliene Novaes Rocha

Professora Orientadora UnB

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Silvanete Pereira dos Santos

Professora Avaliadora (UCB)

---

Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup>JulianaRochet

Professora Avaliadora UnB

Planaltina -DF

2014

### **Diálogo com Deus**

Obrigado Senhor:

Por meus braços perfeitos, quando há tantos mutilados;  
Por meus olhos perfeitos, quando há tantos sem luz;  
Por minha voz que canta, quando tantas emudecem;  
Por minhas mãos que trabalham, quando tantas mendigam.

É maravilhoso Senhor:

Ter um lar para voltar, quando há tantos que não tem para onde ir;  
Sorrir, quando há tantos que choram;  
Amar, quando há tantos que tem pesadelos;  
Viver, quando há tantos que morrem antes de nascer...  
E, sobretudo, ter tão pouco a pedir, e tanto a agradecer.

Autor desconhecido.

É um dom de Deus uma mulher sensata e silenciosa, e nada se compara a uma mulher bem-educada.

A mulher santa e honesta é uma graça inestimável; não há peso para pesar o valor de uma alma casta.

Assim como o sol que se levanta nas alturas de Deus, assim é a beleza de uma mulher honrada, ornamento de sua casa.

Como a lâmpada que brilha no candelabro sagrado, assim é a beleza do rosto na idade madura.

Como colunas de ouro sobre alicerces de prata, são as pernas formosas sobre calcanhares firmes.

*Como fundamentos eternos sobre a pedra firme, assim são os preceitos divinos no coração de uma mulher santa.*

Eclesiástico 26,18 – 24.

## **AGRADECIMENTOS AOS FAMILIARES, AMIGOS, PROFESSORES**

A minha família Ivonei, Bruna, Eleandro, João Paulo e Izamara. Estes merecem dividir comigo o troféu que conquistei – Licenciada em Educação do Campo/ Área de Linguagens pela LEdoC/ UnB. Obrigado pelo apoio.

Desculpas pela minha ausência, em momentos importantes, como o chá de cozinha da Bruna, a 1º Eucaristia da Iza e o dia do seu aniversário de 15 anos, entre tantas outras. Vocês sabem que foi por uma realização pessoal e profissional.

A minha mãe Catarina Szurmiak Parkutz, o meu reconhecimento, a esta grande mulher- esposa, mãe, agricultora e comerciante que apenas com a 4ª série, sempre nos apoiou a buscar realizar nossos sonhos através do estudo, e suportamos a saudade, devido à distância geográfica.

Ao meu pai Teodoro Parkutz, que dizia “estudo é a única coisa que ninguém vai tirar de vocês”. Obrigado.

A Maria Lúquia Parkutz, guerreira, companheira e generosa, obrigada por estar sempre perto da nossa mãe. Minhas sobrinhas: Sabrina e Maria Izabel. E ao meu cunhado Adão Ferreira Chagas.

Ao Anderson, meu irmão, que tem um imenso coração. Obrigado por ter feito companhia a nossa mãe, em todos esses anos.

Aos meus tios e tias paternos e maternos (Parkutz; Szurmiak; Broeto e Souza). Obrigada.

A Inês Maria de Souza e a João Pedro de Souza, meus segundos pais. Obrigada por tudo.

Aos demais familiares que não vou citar nomes, pois não quero esquecer nenhum, obrigada pela força e apoio em todos os sentidos. Especialmente as matriarcas vovós Ana, Maria, Lajana e Rosa. E a Dona Zilda e Dona Lídia.

Agradeço ao incentivo dos profissionais da Escola Jorge Carlos Ferreira, para que eu buscasse a tão sonhada graduação.

Aos colegas da LEdoC, por compartilharem momentos de lutas e alegrias no decorrer destes 4 anos.

As amigas Daniele, Helena, Marina, Nica e Sandra. Compartilhamos momentos inesquecíveis de lutas, lágrimas e vitórias. Especialmente a Nica e Marina.

Agradeço a Leda e a Valquíria, por terem me auxiliado no ingresso na LEdoC/UnB.

A todas as Mulheres vitoriosas do Assentamento Pontal do Marape.

E as Mulheres Ledoquianas, guerreiras e corajosas que se dispuseram a deixar a comodidade, ausentando-se por longos períodos, em busca de capacitação profissional.

### **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

Aos Educadores da Licenciatura em Educação do Campo LEdoC / UnB. A todos sem exceção.

Aos pioneiros o meu respeito e admiração, por trilharem um caminho novo e desafiador.

Aos que chegaram depois com o caminho entre aberto o meu muito obrigado, por acreditarem e se disporem a fazer uma educação diferenciada. Aos recém-chegados, com os olhos brilhando, os ouvidos aguçados, obrigado principalmente pelo carinho e dedicação.

Obrigada no plural, pela doação de seus tempos e espaços, incentivando todos a prosseguirem e jamais desistirem. Enfrentar os obstáculos e usá-los com trampolins, nesta caminhada que apenas inicia com a graduação. E continua em nossas comunidades.

## “UM AMIGO”

Ter um amigo é maravilhoso.  
Ser amigo de alguém ainda é melhor.  
É como acordar e sentir o sol a brilhar.  
Um amigo é alguém com quem se está bem.  
Mas um amigo é muito mais do que isso!  
É alguém que pensa em ti quando não estás aqui.

Alguém que bate com os dedos na madeira,  
Quando tu tens que fazer coisas difíceis.  
Nunca se está realmente só quando se tem um amigo.  
Um amigo ouve o que tu dizes e tenta  
Compreender o que não sabes dizer.  
Mas um amigo não está sempre de acordo contigo.

Um amigo contradiz-te e obriga-te a pensar honestamente.  
Um amigo gosta de ti, mesmo que faças asneiras.  
Um amigo ensina-te a gostar de coisas novas.  
Não teria imaginado coisas se estivesse sozinho.  
Amigo é uma palavra bonita.  
É quase a melhor palavra!  
Um amigo é alguém que tem sempre  
Tempo pra ti quando apareces.

Toda a gente pode ter um amigo.  
Mas não vivas tão apressado que nem vejas  
Que há alguém que é para ti uma festa.  
Alguém que pensa em ti e te ouve  
E te ajuda a saber o que tu és.  
Alguém que te ajuda a descobrir coisas.  
Alguém que estás contigo e não tem pressa.  
Alguém em que tu podes acreditar!  
Quem é o teu amigo? JESUS.

(Retirado de um cartão com alfabeto manual dos surdos)

## LISTA DE ABREVIações

BRB	Banco de Brasília
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CCU	Contrato de Concessão de Uso da Unidade Familiar
CEBEP	Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DCAA	Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária
DF	Distrito Federal
FUP	Faculdade UnB Planaltina
GO	Grupo de organicidade
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LEDOC / UnB	Licenciatura em Educação do Campo / Universidade de Brasília
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ME	Mulheres Estudantes
MEB	Movimento de Educação de Base
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
NAI	Núcleo de Estudos Integradores
NEB	Núcleo de Ensino Básico
NEF	Núcleo de Estudos Específicos
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PENAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RG	Registro Geral
SFA- DF	Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal



S/D	Sem Data
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TPM	Tensão Pré- menstrual

## SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 01: Questões do crédito na organização da vida dos trabalhadores rurais.....	18
1.1-Breve resgate da política de crédito rural do Brasil.....	18
1.2–O acesso ao crédito na relação com a vida no Assentamento: Repercussões sobre as famílias.....	21
1.3-Trajetória de luta e organização do Assentamento Pontal do Marape.....	21
Capítulo 02: Um olhar sobre a questão de trabalho e gênero.....	25
2.1- Trabalho e a tripla jornada das mulheres estudante da LEdoC/UnB.....	28
2.2- Titulação conjunta da unidade familiar: as relações de dependência e independência das mulheres a partir da posse da terra.....	32
Capítulo 03: A educação como alternativa para a superação das desigualdades.....	35
3.1- Educação como elemento simbólico e concreto na construção da autonomia.....	37
3.2- Questões sobre a educação do campo e a luta pela terra.....	38
3.3- A Licenciatura em educação do campo– LEdoC / UnB.....	40
Capítulo 04: Impactos do crédito e da formação para a vida das mulheres.....	47
4.1 – Implicações do acesso ao crédito para a autonomia das mulheres.....	49
4.2 – Implicações do acesso ao ensino superior para as mulheres da LEdoC / UnB.....	56
4.3 – Percepções sobre a ampliação da autonomia das mulheres a partir do crédito e da formação.....	61
Considerações finais.....	64
Referências.....	67
Anexos. ....	70



## RESUMO

Este trabalho visou resgatar brevemente a política de crédito rural brasileira e a repercussão sobre as famílias camponesas com olhar sobre a questão, abordando a invisibilidade do trabalho feminino na esfera privada. Relações de dependência e independência das mulheres a partir da posse da terra, tendo a educação como alternativa para a superação das desigualdades. Com o objetivo de analisar a repercussão do acesso ao crédito rural e da formação superior no cotidiano das mulheres. Os dados foram obtidos através da aplicação de questionário semi estruturados, observação do cotidiano e referências. Embasados em autores como Mészáros (2005), Campos (2011), Barbosa (2012) entre outros. Houveram mudanças significativas na realidade das mulheres que possibilitaram maior conforto para os familiares, gerando melhorias financeiras e capacitação profissional a partir do acesso ao crédito rural e a formação universitária na Licenciatura em Educação do Campo promoveram mudanças na maneira de olhar a realidade na qual estão inseridas. Despertando para transformações sociais do e no campo.

**Palavras chave:** Crédito Rural. Famílias Camponesas. Trabalho. Gênero. Licenciatura em Educação do Campo.

## ABSTRACT

This work intend to rescue briefly the Brazilian rural credit and the repercussion about the peasant families with a special looking about this question, bringing up the invisibility of female work at the private sphere.

Dependence relationships and independence relationships of the women since the land possession, having the education as an option to overcome the inequalities. In order to analyze the repercussion of the rural credit access and the college degree in the women's daily routine. The data was taken through the application of the semi structured questionnaires, watching the daily life and the bibliographic references. Grounded in authors like Mészáros (2005), Campos (2011), Barbosa (2012), and many others. . There have been significant changes in the reality of the women who allowed greater comfort for the relatives, generating financial improvements and job training from the rural credit and access to university education in degree in the Education Field have promoted changes in way of looking at the reality in which they are inserted. Awakening to social transformations and in the field.

**Key words:** Rural Credit. Peasant Families. Work. Genre. Graduation in Rural Education.

## INTRODUÇÃO

O interesse por este tema de pesquisa surgiu da observação do trabalho das mulheres no Assentamento Pontal do Marape, Nova Mutum/ MT, onde minha família reside desde 1999. Fomos em busca de um pedaço de terra, pois todas as famílias trabalhavam na prestação de serviço em fazendas e na cidade.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o impacto do acesso ao crédito rural e da formação superior para o reconhecimento do trabalho das mulheres egressas e licenciadas pela Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade de Brasília, realizado pela Faculdade de Planaltina FUP/UnB, identificando com estes dois elementos (o crédito e a formação em nível de graduação) para a autonomia profissional e pessoal.

Em seus objetivos específicos busca compreender como se realiza, o trabalho da mulher estudante nos sistemas de produção da unidade familiar. E ainda analisar o impacto do acesso ao crédito rural e da formação na educação superior em um Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) no cotidiano das mulheres e como contribuem para sua autonomia. As motivações foram provocadas pela inquietação a partir na observação de cenas do cotidiano, no assentamento, na universidade, em sala de aula e fora dela também.

São atitudes e reações que demonstram falta de autonomia por parte de mulheres e homens. Uma relação de dependência falta de autonomia principalmente por parte das mulheres. Em relação a continuar estudando e concluir o ensino fundamental e posteriormente ingressar no ensino superior, onde muitas não recebem apoio família, principalmente se já tiver constituído a própria família.

A incompreensão vem dos companheiros e esposos. Percebemos a insegurança que gera nos casamentos, e, muitos homens tem medo de que ao estudar e trabalhar fora, a mulher torne-se independente e haja possibilidade de rompimento da relação conjugal. Disfarçada de ciúmes, boicotes financeiros, ausência de divisão de tarefas domésticas e na administração de situações conflituosas com os filhos, onde a mulher está habituada a mediar as mais diversas situações do cotidiano familiar. Havendo forte pressão psicológica do homem para que ela desista. Não podemos generalizar, mas os esposos que apoiam, ainda representam a minoria.

Desde a adolescência demonstrei curiosidade a respeito do trabalho feminino, e ainda me recordo das palavras de uma professora, enquanto ministrava uma aula de Educação Física na quadra da escola, esta afirmava que “mulher precisa estudar e trabalhar para ser livre”. Este fato relatado ocorreu nos anos de 1980, no Colégio Estadual Olavo Bilac, na cidade de Cantagalo/PR, quando eu cursava a 6° série. Observava sempre a minha liberdade no geral e a relação de dependência de outras meninas, que eram submetidas a uma relação de proibição, falta de liberdade e de confiança estabelecidas entre elas e os pais.

Conclui o Magistério (com quatro anos de duração) em 1994, (recebi o certificado somente em 1998, após regularização do curso, que voltou a ser realizado em três anos) já fazia um ano que era concursada municipal em Cantagalo/PR, e também, já havia me casado e tinha a primeira filha com 10 meses, aos 19 anos. Trabalhei de 93 a 96, pedi afastamento de um ano e mudamos para Nova Mutum/MT. Trabalhei na limpeza de casa por alguns meses, minha filha ficava na creche municipal. Engravidei, parei de trabalhar fora de casa. O segundo filho nasceu em novembro de 1997.

Quinze dias após o nascimento dele, meu esposo e um dos tios dele, chegaram e me disseram que iriam acampar em uma fazenda, com a permissão do fazendeiro que queria entregar a área para a União, devido a dívidas que possuía. E, com a devida organização através de filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mutum. Com o objetivo de pressionar o INCRA a desapropriar aproximadamente 27.670 hectares. Sendo, que a princípio os lotes eram de 80 hectares, acrescida da área de reserva legal coletiva. Mas devido ao fato dos dirigentes do sindicato inscreverem inúmeras famílias, a área foi reduzida à metade. A reserva legal do assentamento é coletiva e corresponde a cinquenta por cento (50%) da área.

Fui morar com o meu sogro e a minha sogra em uma fazenda em que eles trabalhavam com os meus dois filhos. Acabou a minha autonomia. Sempre fui bem tratada, mas não possuíamos renda, e éramos custeados financeiramente por eles, enquanto meu esposo ficou no acampamento por seis meses. Voltamos e moramos mais um ano na cidade, em uma casa cedida pela minha cunhada. Neste período meu esposo trabalhava em oficinas mecânicas. Tínhamos um fusca como meio de transporte. E no princípio da 3°

gravidez, em abril de 1999, fomos morar no assentamento. Em uma grande casa de madeira, construída com recursos do meu sogro.

Os patriarcas da família do meu esposo sonhavam em garantir aos filhos um pedaço de chão, no qual pudessem ser autônomos e quando estivessem com mais idade, e o mercado de trabalho os descartasse, tivessem a oportunidade de garantir independência e qualidade de vida.

Muitas famílias iniciaram a jornada, muitas também foram desistindo. Entre inúmeros fatores que levaram ao abandono do sonho, um sempre me chamou a atenção, a persistência e o apoio entre os membros familiares, sendo um fator decisivo para a permanência na luta pela terra.

As mulheres sempre desempenharam um papel importantíssimo enfrentando situações adversas em relação à moradia, alimentação, convivência, saúde, educação, transporte, ausência de energia elétrica (de 1997 a 2006), etc.

As mulheres, na maioria dos casos permaneciam na terra, enquanto os homens buscavam formas de sobrevivência financeira dos familiares, ausentando-se e indo trabalhar fora, na prestação de serviços urbanos e rurais.

Observou-se que a decisão de algumas mulheres influenciou de forma decisiva na desistência ou permanência da família no assentamento.

A decisão de lutar pela terra passou por peneiras como vocação pelo trabalho com a terra, a submissão feminina, a dependência financeira, o número de filhos, o patriarcado, enfim por questões também ligadas a questão de gênero.

Condição esta, herdada da sociedade patriarcal, onde o homem lidera e a mulher fica relegada a segundo plano. Fato este que vem sendo transmitido culturalmente e naturalizado socialmente, muitas vezes em inocentes ditados populares, como por exemplo: "Atrás de um grande homem, existe uma grande mulher".

Eis a pergunta que não quer calar: Por que a mulher tem que estar atrás do homem e não ao seu lado? E ainda, será que para a mulher ser grande precisa ter um homem à sua frente ou na melhor das hipóteses ao seu lado?

O estudo deste tema poderá vir a contribuir para uma maior consciência da situação de opressão e para autonomia feminina na esfera privada e pública, também para a valorização das organizações das mulheres em



cooperativas, associações, dos movimentos sociais e no trabalho dos departamentos de gênero. Poderá contribuir de forma efetiva para identificar as possibilidades e estratégias que possibilitem uma maior e melhor atuação das mulheres nos diversos processos participativos sociais, vendo quais são os fatores mais determinantes para ampliar e/ou diminuir a autonomia política e profissional das mulheres. Neste caso em específico é possível nos questionar até que ponto o acesso ao crédito e uma formação em nível superior contribuem para ampliar os processos de autonomia por parte das mulheres.

A metodologia de pesquisa é qualitativa. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. O ambiente natural para a coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento chave. (GIL, 2006).

A pesquisa qualitativa utiliza várias técnicas de coleta de dados, como a observação participante, histórias ou relatos de vida, entrevistas e outros. (COOLIS; HUSSEY, 2005).

As mulheres pesquisadas foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: ter acessado alguma linha de crédito rural, morar no campo, ter ingressado, estar cursando ou ter concluído a Licenciatura em Educação do Campo.

A análise se dará a partir da pesquisa bibliográfica e dos dados coletados através de um questionário semiestruturado, onde a mulher pesquisada poderá acrescentar dados que considere importantes para a sua emancipação.

As mulheres pesquisadas não serão identificadas. Apenas na transcrição de sua resposta será utilizada a sigla ME (Mulher Estudante 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

No primeiro capítulo abordaremos um breve resgate das políticas e crédito no Brasil, e o acesso atualmente nos assentamentos rurais. Enfatizando o PRONAF (Programa Nacional de fortalecimento a Agricultura Familiar), entre outros. E as trajetórias e lutas do Assentamento Pontal do Marape/ MT.

No segundo capítulo abordaremos a tripla jornada da mulher na LEdoC / UnB, sob uma perspectiva de gênero. No terceiro capítulo, a dependência e

independência das mulheres a partir da posse da terra e da formação na licenciatura em educação do campo.

No quarto capítulo analisaremos as implicações e percepções sobre a ampliação da autonomia das mulheres a partir do crédito rural e da formação superior na Licenciatura em Educação do Campo.

A título de considerações finais enfatizamos que para haver a superação das desigualdades de gênero depende de conscientização de homens e mulheres. As políticas públicas, o acesso ao crédito rural e a formação superior são fundamentais para maior autonomia das mulheres camponesas.

## **CAPÍTULO 01: A QUESTÃO DO CRÉDITO NA ORGANIZAÇÃO DA VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS**

### **1.1 - BREVE RESGATE DA POLITICA DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL**

A política de crédito rural no Brasil atuou como mola mestra do processo de modernização agrícola<sup>1</sup>, especialmente no período de 1965-1980. Neste período a busca por crédito rural aumentou, quer seja pela exigência de recursos que o aumento da produção e a utilização de insumos “modernos” requeriam, quer ainda pelo estímulo que os vultuosos subsídios implícitos ao sistema causava nos tomadores:

Além de financiar a chamada “moderna agricultura”, o sistema financiava por “tabela” as indústrias produtoras de insumos e equipamentos que integravam o pacote da Revolução Verde e que passaram a ser utilizados pelos agricultores (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, vacinas, tratores, colheitadeiras etc.) De forma muito rápida poderíamos dizer que a política de crédito nesse período priorizou os médios e grandes produtores [...] (SAYAD 1984, apud LEITE, 2012, p. 173).

Com relação ao crédito rural para os pequenos produtores foram implementadas na década de 1990, políticas com mecanismos diferenciados de crédito.

O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), voltado para o financiamento de atividades produtivas (custeio e investimento), iniciou na segunda metade da década de 1980. O PROCERA foi uma conquista das lutas empreendidas pelos movimentos sociais (LEITE, 2012). O PROCERA foi uma linha de crédito destinada aos assentados rurais excluídos socialmente, por não disporem de capital para adquirirem terras e, por não terem bens materiais para garantir o financiamento junto aos bancos.

Esta modalidade de crédito se utilizava de taxas de juros diferenciadas que deveriam favorecer as práticas de atividades produtivas nas pequenas propriedades conquistadas. Atuou de forma descontínua, em fase de

---

<sup>1</sup> “MODERNA AGRICULTURA” – Significa a perda da autonomia por parte dos produtores, especialmente dos agricultores familiares, e a destruição da segurança e soberania alimentar (SAUER, 2010, p. 156).

implementação e quebra de barreiras sociais, fomentadas pelas lutas e conquistas dos movimentos sociais. Consolidando-se por volta dos anos 90, possibilitando ao assentado adquirir insumos e equipamentos para serem utilizados na área conquistada. (LEITE, 2012).

Foi um programa que demorou a metade de sua existência para emplacar e começar a atender ao público destinado. Em fase de implantação as instituições financeiras e os demais órgãos públicos responsáveis pela execução e sucesso do PROCERA estavam habituados a oferecer crédito apenas aos médios e grandes produtores.

Em 1999, esse instrumento foi extinto, e substituído pelo PRONAF, também destinado ao custeio e ao investimento, nas pequenas propriedades rurais. (LEITE, 2012).

Segundo, Leite (2012, p.173), o PRONAF, foi criado com a resolução nº2.191, de 24 de agosto de 1995, sendo, uma linha de crédito destinada à agricultura familiar, com limite de tamanho de área a quatro módulos fiscais<sup>2</sup>.

O PRONAF Mulher foi lançado como linha de crédito em 2004, para atender demandas dos movimentos sociais. O objetivo da linha era incentivar e reconhecer o trabalho feminino no campo, com um crédito rural diferenciado para a mulher. Resultado de lutas incansáveis dos departamentos de gênero dos movimentos sociais

Segundo, o PRONAF, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP):

[...] deve ser elaborado para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõe o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra; [...] pode ser diferenciada para atender a característica específica do PRONAF.

O acesso ao PRONAF está condicionado a DAP, onde o assentado, muitas vezes via sindicato, realiza uma descrição dos bens e faturamentos anuais.

---

<sup>2</sup>Os módulos fiscais variam de tamanho em cada região do Brasil. Podendo chegar a 100 hectares. Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto a sua dimensão, de conformidade com art. 4º da Lei nº 8.629/93, sendo o minifúndio imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais; grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Através da DAP, o pequeno produtor fica sabendo o limite de crédito que poderá disponibilizar na instituição financeira, geralmente essa instituição é o Banco do Brasil:

Obtenção da terra, criação do Projeto seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito, apoio Instalação e de Crédito de produção (PRONAF A), infraestrutura básica (estrada de acesso, água e energia elétrica), parcelamento do projeto e a titulação (Concessão de Uso / Título de Propriedade são de responsabilidade do INCRA. (INCRA,2004).

O PRONAF Mulher é pouco divulgado, em grande parte do centro oeste. Sendo uma linha de crédito fundiário, criado a mais de uma década, e pouco acessado pelas contratantes. Devido à falta de divulgação, a burocracia bancária, dentre outros fatores mais específicos ligados a questão de gênero.

As políticas de crédito atualmente se expandiram, e os PRONAF's contam com muitas linhas de crédito específicas. Destinadas as mais diferentes modalidades: PRONAF A, B, C, D, Mais Alimento, PRONAF/ Jovem, PRONAF/ Mulher, entre outros.

As críticas positivas a respeito do PRONAF Mulher se referem ao acesso facilitado, mediante projeto simplificado, não necessita de avalista e o acesso está sendo mais divulgado pelos departamentos de gênero apoiadores das camponesas, podemos citar o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), CONTAG - com a Marcha das Margaridas, entre outras iniciativas de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR).

## **1.2- O ACESSO AO CRÉDITO NA RELAÇÃO COM A VIDA NO ASSENTAMENTO RURAL: REPERCUSSÕES SOBRE AS FAMÍLIAS**

Segundo, a Normativa, N°15 de 30 de Março de 2004, art.3°- Projeto de Assentamento Federal (PA), o caracteriza assentamento como:

Um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinadas à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistema de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica ,social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (www.incra.gov.br)

A definição acima contempla todos os direitos dos cidadãos camponeses engajados em Projetos de Assentamento Federal/ PA. Mas na realidade dos assentamentos, apenas alguns desses aspectos são cumpridos. E com a demora habitual dos órgãos públicos.

O processo de conquista da terra, embora muitas vezes aconteça de forma pacífica, muitas lutas precisam ser empreendidas para garantir o direito à terra e a permanência da família no campo.

## **1.3-TRAJETÓRIA DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE**

Pontal do Marape é a comunidade mais distante da sede do município de Nova Mutum/MT.

O pré-assentamento iniciou em 1997, com aproximadamente 60 famílias, acampadas em barracos de lona. E quando aconteciam as reuniões gerais todos os inscritos se deslocavam das cidades e fazendas que trabalhavam para participar das decisões a respeito da desapropriação da área. O sindicato atuou como mediador e também pressionou os inscritos a ocupar a área, com objetivo de acelerar as negociações entre o INCRA e o

proprietário da fazenda Trescinco, o Sr. Sango Kuramot. O primeiro pedido de desapropriação da área foi realizado em 1994, pelo então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mutum, o sindicalista Jorge Carlos Ferreira, idealizador do projeto de assentamento (PA) Pontal do Marape. No sindicato trabalhava nesta época uma secretária chamada Cristina, que é sempre lembrada pelos pioneiros do assentamento, devido ao seu profissionalismo e pelo seu modo de tratar a todos com humanidade.

O sindicalista foi homenageado e reconhecido como um dos pioneiros na luta pela desapropriação da fazenda. Devido a esse marco histórico a primeira escola fundada no final de 1988, recebeu o nome de Escola Municipal Jorge Carlos Ferreira.

Voltando a 1997, o grupo elegeu uma comissão formada por: pré-assentados, sindicato e políticos locais, com o apoio do prefeito Boleslau Dziachan, se deslocavam a Cuiabá para pressionar os dirigentes do órgão responsável pela desapropriação da área:

Todo período de ocupação da fazenda [...] transcorreu de modo pacífico não havendo violência policial, fato este que se justifica, em parte, pela conduta do proprietário da fazenda que não colocou empecilhos, ou seja, muitas objeções para que a fazenda fosse desocupada imediatamente, preferindo assim esperar os resultados dos trâmites legais. (MEDEIROS, 2008, p. 129).

As negociações ocorreram de forma pacífica, e a partir de influências políticas, e apenas com a burocracia habitual dos órgãos públicos.

Neste caso, os movimentos sociais não atuaram diretamente no processo de luta pela terra. Digo isto, pois aprendi a reconhecer e compreender no decorrer do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/UnB), o quanto é significativa a atuação dos movimentos sociais para que haja conquistas nas políticas públicas para o campo, especialmente nos embates com o Estado. Visando conquistar e garantir direitos aos pequenos produtores rurais:

A luta das mulheres vem de longe e, na atualidade, é possível dizer que está presente na maioria esmagadora dos países. No Brasil não é diferente: em todos os períodos de nossa história é possível verificar a presença das mulheres na luta pelos

direitos de cidadania, pelo reconhecimento do e no trabalho, pela igualdade de tratamento, enfim, na luta contra a exploração, a opressão, a discriminação, e a violência, com iniciativas que envolveram e envolvem tanto no espaço público quanto o privado. (PALUDO; DURON, 2012, p.481)

Atualmente os camponeses vêm sendo esmagados pelo sistema capitalista que historicamente vem se fortalecendo. E, e podem contar apenas com os movimentos sociais para reverter essa terrível lógica de especulação e dominação, que impera no Brasil e no mundo globalizado, segundo Mitswe Morissawa (2001), em suas abordagens críticas, resgatando a história do Brasil e relatando sobre o olhar da luta dos movimentos sociais, especialmente o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra). A história oficial do Brasil, foi escrita do ponto de vista do dominador. Transformar depende de reescrever mostrando o outro lado, o lado dos que foram explorados:

[...] iniciar a gestão de um novo tipo de camponês com novos homens e novas mulheres, jovens e crianças; desenvolver a solidariedade de classe; participar de todas as lutas contra a opressão; enfim, estabelecer embriões do novo para que se antecipem as características da sociedade socialista. (BOGO, 2009, p.101)

Bogo (2009, p.101), diz “o trabalho é considerado elemento central no desenvolvimento da cultura e na construção de um novo ser humano.” E também afirma:

[...] a experiência histórica nos mostra que sem luta não se impõe mudanças sociais, pois a classe que está no poder procura sempre limitar o crescimento das organizações populares que lutam para garantir seus direitos. (IBIDEM, p.98).

Acampar é a manifestação das famílias camponesas em afirmar que estão dispostas a “enfrentar as difíceis condições nos barracos de lona preta, nas beiras de estradas; demonstrando também que estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista de terra, na construção do *território camponês*”. Sendo uma “antiga forma de lutar camponesa que, associada à ocupação, manifesta tanto a resistência quanto persistência” (FERNANDES, 2012, P.21).



A falta de informações como um descaso para com os assentados, onde o monocultor é incentivado e as práticas mais ligadas à unidade familiar, isto é, diversificação de culturas é negada. “Negado”, disfarçadamente por falta de esclarecimento, incutidos de segundas intenções, neste caso para fortalecer o agronegócio e dificultar o acesso a linhas de crédito, e a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar.

Percebemos a falta de organização dos pequenos produtores, que agem individualmente, e não se organizam em associações, cooperativas ou pequenos grupos. Ao unirem-se para comercializar, poderiam agregar valor a mercadoria preciosa que produzem. Pois há uma demanda muito grande por produtos coloniais.

Contradizendo, a lógica do individualismo. Há uma justificativa, para a atitude dos mini-produtores. Por disporem de recurso limitado, necessitam de agilizar a venda através do “porta a porta”, sem intermediários, para suprir as despesas básicas (alimentação, medicamentos, energia elétrica, etc.) ficando para segundo plano, a participação em organizações coletivas. O camponês dispõe de pouco dinheiro, então o “giro” precisa ser rápido, caso contrário, este acaba perecendo.

A organização em cooperativas esbarra em muitos trâmites burocráticos para a legalização. E, o pequeno produtor(a) com pouco recurso financeiro e pouca conscientização quanto a importância e força para adquirir e vender produtos através da cooperativa, acaba por agir individualmente, perecendo por falta de união entre os seus. Em alguns casos, chegam até a competir com os seus pares.

## CAPÍTULO 2- UM OLHAR SOBRE A QUESTÃO DO TRABALHO E GÊNERO

Ser culto es el único modo de ser libre. Martí.

A questão de gênero e trabalho como princípio educativo é abordada por Mészáros em sua obra, publicada em 1884.

José Martí (1884), afirma: “Ser culto es el único modo de ser libre”. A melhor maneira de ser livre é ser culto. Mas que classe tem a oportunidade de ser culta? As mulheres apresentam maiores entraves desde o princípio para libertar-se das amarras historicamente construídas, em que coube ela a tarefa de cuidar e reproduzir, reduzindo dessa forma as chances de maior convívio social, restando a elas as obrigações do cuidado com os filhos e os demais membros da família.

Ao homem, o patriarcado encorajou a buscar horizontes mais amplos, no desenvolvimento das ciências, através de estudos e experiências. Apoiando e exaltando os que se destacavam. Enquanto para as mulheres as que se atreviam a desafiar os costumes desta sociedade restava-lhes as punições.

Atualmente a situação alterou devido as lutas empreendidas por mulheres no decorrer de processos históricos. Porém, no sistema capitalista as mulheres continuam em desvantagem, com relação ao trabalho e o cuidado com a esfera privada:

Ao constatarmos que a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora, podemos afirmar que essa situação se dá porque o capital necessita também do tempo do trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, [...] uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica. (CAMPOS, 2011, p.35).

Restando pouco tempo para elas dedicarem ao aperfeiçoamento através de estudos. E não são todos os cursos que despertam para a consciência de luta contra a opressão do sistema vigente. Apenas alguns forjados em levantes populares através de movimentos sociais é que se prestam a conscientizar a população menos favorecida. Então logo, podemos dizer que poucos são os cursos que possibilitam a efetivação da frase de Martí. “Ser culto es el único modo de ser libre.”

Os indivíduos das classes menos privilegiadas que se dispõem a mudar de vida através da educação, enfrentam situações aparentemente intransponíveis. Persistindo para continuar, enfrentando barreiras econômicas, familiares, empregatícias entre outras.

Os estudantes da LEdoC são uma prova viva. Romper com a lógica do capital, não é tarefa fácil, poucos nascem com oportunidade para comandar, e a maioria da população sente-se obrigada a “vender” a única coisa que lhes resta – a força de trabalho. “Vender”, ser explorado pelo sistema.

Bogo (2009), afirma, “o ser humano na sua essência é o resultado do trabalho. Mas além de o trabalho produzir o sustento humano, ele é responsável pelo relacionamento, pela convivência e pelo desenvolvimento da consciência social”.

[...] De tempos em tempos é fundamental que a humanidade realize uma revolução cultural. Ela é necessária para resolver os hábitos e costumes que estão asfixiando a continuidade da existência social. Essa revolução, no entendimento filosófico, somente poderia ser realizada depois de feita a revolução econômica, política e social. (BOGO, 2009, p.36)

Segundo publicação da CONTAG s/d, cartilha de circulação interna para a mobilização da Marcha das Margaridas, afirma:

A compreensão da relação desigual entre homens e mulheres na história, passou de meados dos anos 1970, a ser feito por meio do conceito de gênero. Essa reformulação conceitual veio para mostrar que as desigualdades homens e mulheres foram construídas históricas, social e politicamente. Portanto, acontecem no campo político, cultural e relacional. Não foram dadas pela natureza. O cotidiano de gênero surgiu com o intuito de romper com o conceito de “sexo”, que analisa a relação entre homens e mulheres a partir da biologia, dos corpos sexuados. Portanto, gênero não é sinônimo de mulher. Refere-se aos distintos significados sociais e político que existem numa sociedade ao se tratar do ser mulher e do ser homem. [...] (CONTAG, S/D, p.13)

A desigualdade de gênero, enfatizando aspectos biológicos, foi um dos aspectos culturais herdados do patriarcalismo. Apenas o trabalho do homem foi durante muito tempo considerado formalmente com trabalho propriamente dito. Já o trabalho da mulher ficou sendo visto como uma obrigação, ou ajuda nos

trabalhos do homem. Porque a mulher que sustentava financeiramente era viúva ou o marido era incapaz de prover o sustento da família.

Atualmente, ainda percebemos resquícios do patriarcalismo no cotidiano. Na maioria, é considerado trabalho apenas o que gera renda, e no meio rural se acentua a desigualdade entre o trabalho efetuado pela mulher, do realizado pelo homem. Com relação à remuneração e oportunidades de empregos, há uma diferenciação, oportunizando nos dias atuais maiores número de empregos para o sexo masculino:

E quando as mulheres residem em áreas rurais se tornam economicamente ativas são vítimas de uma desigualdade salarial ainda maior do que as trabalhadoras urbanas. [...] no Brasil, em 2006, o rendimento médio feminino nas áreas urbanas era equivalente a 55% do rendimento médio masculino. Mas no meio rural, a média de rendimento feminino ficava abaixo da metade do valor recebido pelos homens, mais exatamente 46,3%. (CAMPOS, 2011, p. 47).

Conforme Campos (2011) enfatiza nos dados acima: “Uma das explicações para isso é o fato de que, historicamente se construiu uma desigualdade de gênero, desfavorável às mulheres, que se materializa em múltiplas dimensões da vida social, particularmente na divisão do trabalho.”

A partir dessas reflexões abre-se um leque indicador de condições desfavoráveis. Porém existem alternativas de superação gradual destes empecilhos. E a superação da realidade enfatizada, somente acontecerá de forma plena através da educação e de políticas públicas favoráveis aos que são menos favorecidos.

## **2.1-TRABALHO E A TRIPLA JONADA DAS MULHERES ESTUDANTES DA LEDOC/ UNB.**

O trabalho doméstico, nos domicílios camponeses é realizado pelas mulheres (mãe, filha, avó) em caráter de “obrigação da mulher”. E o trabalho fora de casa, nas atividades produtivas, geralmente é visto como ajuda ao homem (pai, filho, avô).

Segundo Kok (2003), a definição originária da palavra *trabalho* consiste:

a palavra trabalho tem origem no *latim tripalium*, uma espécie de canga usada sobre animais que puxam arado ou carroça e também um instrumento de tortura. Na língua vulgar da antiguidade, trabalho significava pena ou servidão do homem à natureza. Na definição que pode ser encontrada no dicionário, trabalho tem muitos sentidos, entre os quais: esforço incomum; luta; conjunto de atividades produtivas ou criativas, que exerce para e atingir determinado fim (trabalho manual, intelectual, mecânico). (KOK, 2003, p.12)

Analisando sob esse olhar, o trabalho da mulher ainda está semelhante a definição da origem da palavra trabalho, na citação acima. Pois, é visto como obrigação, geralmente não é remunerado financeiramente. E avaliando sob um olhar, mais crítico “trabalho significava pena ou servidão à natureza”. No ambiente familiar tradicional, continua sendo regime de servidão dos membros da família.

Neste modelo de divisão de tarefas, elas são as primeiras a se levantar pela manhã, prepararam o café, para que os filhos e companheiro iniciem a sua jornada de estudos e trabalho propriamente dito.

A jornada é longa durante o dia de uma mulher. Principalmente se ela, trabalhar fora.

A dupla ou tripla jornada acontece, pois além de cumprir com suas “obrigações domésticas”, ela busca conciliar o tempo com o emprego, e no caso das mulheres que buscam formação (estudam em escolas, faculdades, participam de reuniões de associações, movimentos sociais, igrejas, etc.), ainda ampliam mais a jornada exaustiva.

Tudo isso em busca de autonomia financeira e pessoal.

Então acontece a sobrecarga. Muito bem representado na ilustração da capa do livro “As Equilibristas”, de Bruna Gascon

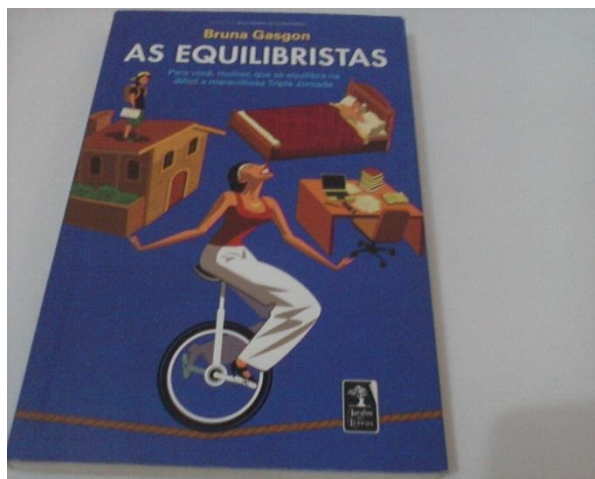


Foto (1): capa do livro “As Equilibristas”, autora Bruna Gascon. (Arquivo pessoal)

Onde uma mulher está em cima de um monociclo sob uma corda, equilibrando com as mãos e até com a ponta do nariz, a casa, o filho adolescente em cima do telhado, o trabalho e a uma cama, onde o homem a espera. A ilustração, de Osvaldo Pavanelli, representa a tripla jornada.

A tripla jornada é resultado de obrigações que a mulher foi acumulando e trazendo pra si ao longo da história. Não por escolha, mas para buscar uma certa autonomia financeira e familiar.

A naturalização das desigualdades de gênero vai além das características biológicas. Passa pelas questões culturais, e pela naturalização das desigualdades entre homens e mulheres.

O capitalismo precisa ser combatido, embora muitos acreditem que esse sistema não possa ser superado. Se desistirmos logo “de cara”, estaremos colaborando e entrando nesse jogo de opressão do capital. É necessária uma análise mais profunda da questão, nos tornamos acomodados diante de tal situação, pois ela é imperceptível a olhares menos atentos.

A olhares que não tiveram a oportunidade de serem despertados através da educação, capacitação, que pode ser promovida em um curso universitário diferenciado. Como é o caso da Licenciatura em Educação do Campo, Residência Agrária (Pós-graduação) e principalmente forjada nos Movimentos Sociais e departamentos de gênero.

Segundo, Campos (2005,p. 25): “Quando se fala de relações de gênero estamos falando das relações entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres. Por isso discutir gênero não é coisa só de mulher”.

A conscientização de homens e mulheres a respeito de direitos e deveres é demorada. Pois, como afirmado acima, vai além das características biológicas, e quando se trata de hábitos, costumes culturais, a mudanças dessas práticas passam por gerações, e vai se transformando a medida em que as lutas vão acontecendo e as leis amparam e asseguram tais direitos.

Campos (2005, p. 25), os mecanismos de dominação vão se tornando naturais, e imperceptíveis:

[...] se mesmo na classe trabalhadora e camponesa as relações entre homens e mulheres se baseia na exploração, na opressão, na violência, na dominação...estes mecanismos vão se naturalizando, de modo que as pessoas não estranham que a sociedade se divida entre alguns que mandam e outros que trabalham, uns que exploram e outros que são explorados. Isso pode até ser encarado como injusto, mas é natural. Além dos aspectos ideológicos não se pode deixar de reconhecer que o machismo predominante se sustenta em bases materiais sólidas.

Os capitalistas ganham muito por não precisarem remunerar o trabalho doméstico, que é feito gratuitamente pela maioria das mulheres. (MDA, 2008, p.176).

Coisas simples do cotidiano, passam despercebidas diariamente em muitos lares, mas especificamente no campo. Onde parece concentrar aspectos culturais. E para se transformar costumes, leva-se muito tempo. Desconstruir aspectos culturais são mais demorados nos ambientes rurais.

A conscientização de homens e mulheres a respeito de direitos e deveres pode demorar décadas. A naturalização das desigualdades vai além de características biológicas. Historicamente, o homem está no comando, e a mulher coube à tarefa de apoiá-lo, em regime de servidão.

O trabalho do homem é ressaltado, e o trabalho da mulher fica relegado a segundo plano. Comparando a uma foto tirada em ambiente natural e amplo, algumas pessoas se destacam, ficam mais centralizadas e outras ficam em segundo plano, e outras ficam no terceiro plano, ou apenas como paisagens ao fundo, atuando como figurantes nesta história escrita na vida real. Isto não quer dizer que tem maior ou menor importância, apenas, não são atores principais ou atuam como coadjuvantes.

O trabalho da mulher é visto como obrigação, principalmente o ato de realizar tarefas domésticas, sendo pouco visível. Depois de um dia de trabalho doméstico: casa limpa, roupas lavadas, passadas e guardadas, comida pronta sobre a mesa, louça limpa e guardada no armário. O trabalho não é visível.

O trabalho doméstico é percebido com facilidade, quando o filho pede pão caseiro e a mãe diz: “não tive tempo de fazer, pois acabei de chegar do serviço”. E mais quando o cesto de roupa transborda atrás da porta do banheiro, a pia da cozinha está cheia de louça suja, comida estragada em cima do fogão, geladeira com o congelador que não cabe mais nem um ovo, devido à falta de degelo. A casa, nem se fala, coberta de poeira, roupas e calçados espalhados, etc.

Então, conclui-se que a “obrigação da mulher” deixou de ser cumprida. E, mesmo assim, o sujeito do sexo masculino ainda não quer se comprometer em ajudar essa criatura que acabou de chegar em casa, após um período de ausência. Sob o ponto de vista de gênero:

Uma das explicações para isso é o fato de que, historicamente, se construiu uma desigualdade de gênero, desfavorável as mulheres, que se materializa em múltiplas dimensões da vida social, particularmente na divisão do trabalho. Assim, quando se implementaram as políticas neoliberais, “a corda arrebenta do lado mais fraco”. Ou seja, a força de trabalho feminina é a mais afetada pela precarização[...] ficando as mulheres segregadas em funções burocráticas sem poder decisório ou em atividades que o senso comum define como femininas, que é o caso dos serviços de limpeza e cozinha. (CAMPOS, 2011, p. 164)

## **2.2-A TITULAÇÃO CONJUNTA DA UNIDADE FAMILIAR: AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E INDEPENDÊNCIA DAS MULHERES A PARTIR DA POSSE DA TERRA**

Conforme Butto (2012), a titulação da área destinada à unidade familiar passa a ser titulada em nome do casal, independente de estado civil. Se ambos constituíram uma família, e lutaram para conquistar a terra, o INCRA através de uma portaria oficializou, a titulação conjunta.



O Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária inclui uma política de gênero, como parte de suas ações. Com portaria nº 981/2003 do INCRA, a titulação conjunta da terra passa a ser obrigatória:

Na área rural, o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona –de- casa, provedora das necessidades da família – principalmente na horta e no quintal. Isso mostra o peso da divisão sexual do trabalho, no qual as mulheres precisam conciliar afazeres domésticos com atividades produtivas, sejam elas remuneradas ou não, destacando-se a sua responsabilidade com a reprodução da família. Ainda são grandes a desvantagens e a invisibilidade do trabalho feminino bem como do papel das mulheres na agricultura familiar. [...] (CONTAG, S/D, p.13).

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) da Unidade Familiar, fornecida pelo INCRA, titula conjuntamente mulher e homem, independente de estado civil.

Segundo pesquisa realizada em minha própria CCU, o nome da beneficiária da Unidade Familiar, está no início e vem antes do nome do beneficiário, onde ambos são solteiros civilmente. Possuímos um registro de União Estável, mas na CCU, não consta.

A CCU é válida por cinco anos, podendo ser prorrogada por mais cinco. Sendo o documento o último estágio antes da certidão de posse definitiva. Segundo a Instrução Normativa N°30, Art. 3º, Cap.2 § 1º.

A titulação conjunta da terra conquistada é uma garantia que a mulher adquiriu, mediante lutas sociais de reconhecimento. Somos oriundos de uma sociedade patriarcal, onde a mulher era um ser submisso a vontade masculina. Durante séculos elas foram tratadas de forma desumana, privadas de manifestar ideias e também de administrar a própria vida, muito menos os bens que possuía, sem a interferência da figura masculina.

Então, se submetiam a situações de humilhações e violação de direitos humanos atualmente previstos em leis. A conscientização é um processo lento e cultural. As leis vêm para assegurar direitos e deveres. Acredito no dito popular que em muitos casos se aplicam: “a conscientização ocorre quando arde no bolso”. Precisou criar leis para assegurar uma situação óbvia, onde um

casal luta para conquistar uma parcela de terra, e analisando tal situação deveria logo, se concluir naturalmente que a terra pertenceria aos dois. Mas, como não há conscientização de muitos, fomos obrigadas a lutar e tornar lei algo tão obvio.

O INCRA proporciona nos assentamentos anualmente um dia em que é oferecida aos assentados a confecção de documentos: Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho, entre outros serviços de orientações previdenciárias e orientações sobre linhas de crédito.

Este ano foi realizado no mês de outubro no Assentamento Pontal do Marape, e contou com a participação muito eficiente do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mutum/ MT. Abordando sobre o acesso ao crédito via PRONAF/Jovem, PRONAF/Mulher. Pela primeira vez no assentamento que possui mais de 15 anos de existência.

As outras linhas de crédito como PRONAF: A, B, C, D, e o mais acessado atualmente o PRONAF Mais Alimento. Que é “denominado de PRONAF estradinha”, (marca do carro adquirido pelos assentados, com o intuito de transportar os alimentos produzidos a partir do acesso à linha de crédito, com valor mais elevado).

Atividade fora do estabelecimento (as mulheres nas estatísticas agropecuárias 2006, p.74). “Nos estabelecimentos em que a mulher é responsável 21% das produtoras declaram ter atividade fora dele”:

No entanto é comum que as mulheres encontrem possibilidades de rendimento não agropecuárias como professoras ou agentes de saúde, quando mais escolarizadas, e empregadas domésticas. [...] a significativa presença dos serviços domésticos como ocupação não agrícola importante para residentes rurais, e ainda descrevem sua baixa formalidade e rendimentos. (SAKAMOTO, 2010, p.5).

Castilho e Silva (2010, P.187) “A participação das mulheres não agrícolas favorece sua permanência no campo”. A participação das mulheres em atividades não agrícolas, para complementar a renda mensal da família, contribui de forma positiva à permanência no campo, evitando o êxodo rural, onde esta mesma mulher continuaria a vender sua força de trabalho, com mais dificuldades do que já encontra no campo.



Foto (2): Palácio do Desenvolvimento / INCRA / SFA-DF MDA. (Arquivo pessoal).

### **CAPÍTULO 03: A EDUCAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES**

O novo ser humano e a nova mulher nascerão das velhas cepas retorcidas pelo modo de produção atual como quando se toma a cepa de um limoeiro e enxerta-se nele o galho da laranjeira que se tornará um broto, crescerá e produzirá laranjas e não mais limões. Não há outro caminho. A nova sociedade não pode surgir do nada, é preciso querer forjá-la por meio dos seres humanos. (BOGO)

Mészáros (2005) defende a educação ligada aos sistemas produtivos. Em uma ligação indissociável entre educação e trabalho:

A esse respeito, dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: *a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora*. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra. Tampouco é possível pensar na sua estreita inter-relação como um problema para um futuro distante. Ele surge “aqui e agora”, e é relevante para todos os níveis e graus de desenvolvimento socioeconômico. (MÉSZÁROS, 2005, p.65).

Estamos em um mundo globalizado, dominado pelo sistema capitalista. Então, em meio a esse turbilhão de informações, e ao mesmo tempo de negação de direitos básicos, a maioria da população. Está a escola.

A escola ou os sistemas de ensino/ aprendizagem. Que podem tanto formar para contrapor essa “terrível lógica do capital”, como também podem contribuir para que tudo venha a piorar para as classes trabalhadoras. Uma análise pessimista, para despertar olhares de contraposição do atual sistema.

O papel da educação orientada, pela única perspectiva efetivamente viável de ir além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito. Se quisermos garantir as condições elementares de sobrevivência humana, e uma ordem social qualitativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2005, p.71)

A naturalização do papel da mulher como cuidadora e negando o potencial de racionalidade e das mulheres, deixando o sexo oposto os postos mais elevados, na elaboração da cultura e da ciência:

Importante registrar que a “naturalização” da desigualdade de gênero é retro alimentada tanto por homens quanto por mulheres, de diferentes classes sociais. E, além dos aspectos ideológicos que já foram pontuados, uma das bases materiais desse processo de retroalimentação é a divisão do trabalho em que o homem tem como espaço prioritário de trabalho o mundo da produção e a mulher o da reprodução. (CAMPOS, 2011, p.35).

Para o autor “a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo” (MÉSZÁROS, 2005, p.76)

Segundo Carmem Foro Secretária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG:

A luta pela conquista da igualdade entre homens e mulheres avançou muito em vários setores da sociedade: participação no mercado de trabalho, acesso à educação e as universidades e aos direitos sociais e civis. No campo e nas florestas, as mulheres obtiveram importantes conquistas, como o direito à titularidade da terra e à previdência pública. (CONTAG. P.03. S/D).

A titularidade conjunta da unidade familiar e a previdência pública foram sem dúvida grandes conquistas das mulheres, mas é só o começo. Passamos a ser chamadas de agricultoras ao invés de “do lar”, que profissão era essa, do lar, contida principalmente nos registros de nascimentos de muitos de nós, sujeitos do campo e da cidade também. Para fins de direitos previdenciários “do lar”, não é profissão. Então fica a pergunta, como é que para ser mãe, esposa, trabalhadora rural, essa especificação servia. E, aparentemente ficou no passado. Mas somente aparentemente, ainda existem muitas companheiras que por falta de conhecimento, ignorância (ignorar algo), se declara do lar, em diversas situações.

E como revelar a estas, o equívoco. Equívoco este, que colabora para a manutenção das desigualdades socioculturais. Apenas, e simplesmente por meio da educação.

Educação promovida formal e informalmente, nas instituições públicas (escolas e universidades), mas principalmente através da educação popular promovida pelos movimentos sociais, sindicatos, enfim por todos aqueles que tiveram a oportunidade e acesso ao conhecimento dos direitos conquistados a duras penas, por aqueles que buscaram e buscam incansavelmente assegurar direitos. Principalmente aos que possuem saberes valiosos do cotidiano, mas precisam ser apresentados a estes saberes que lhes asseguram uma vida velhice mais digna, quando as forças físicas, muitas vezes dão lugar a enfermidades.

### **3.1. EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO SÍMBOLICO E CONCRETO NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA**

A construção da autonomia a partir da busca por educação, segundo Cinelli (2006) afirma que, conversando com as participantes do curso, elas dizem que a formação gera autonomia. Acreditam que o curso oferece a elas conhecimentos da história; elas aprendem que a exploração da classe trabalhadora, em geral, em particular, é antiga, mais pode ser superada. Além disso, valoriza o trabalho da agricultura camponesa, mostrando que é importante para a saúde do meio ambiente e das pessoas e, sobretudo, propicia momentos de reflexão para se conhecerem melhor a si mesma e ao MMC (Movimento das Mulheres Camponesas).

A constatação de Cinelli vem a confirmar a educação como forma de empoderamento e superação das desigualdades. E a valorização das práticas campesinas, no cotidiano, proporcionando autoconhecimento e despertando para a questão de estar engajadas em um movimento que as fortalecia e as encorajava, despertando o desejo de ir além do que elas imaginavam ser capazes de alcançar.

Conforme cita Bander (2006), o desenvolvimento de experiências produtivas, criada pelas mulheres, e como elas colaboraram para a elevação da autonomia e autoestima:

Observou que a participação delas no movimento social e, particularmente, no processo desse curso, possibilita às mulheres uma elevação da autoestima e mais autonomia, na medida em que passam a depender menos do marido, se descobrem como capazes de criar, desenvolver experiências produtivas e socializá-las. (BANDER, 2006, p.202).

As mulheres ao conhecerem seus direitos vão despertando para desenvolver sistemas produtivos, acrescentados de valor de comercialização, que as torna protagonistas de sua história. Embora enfrentem muitos obstáculos para superar as suas próprias barreiras, culturais, submissão, comodismo, patriarcalismo, entre outras.

### **3.2- QUESTÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA TERRA**

Reck, (2013), fala sobre o processo de educação dentro do MST, mostrando que a capacidade em organizar o mundo econômico vai além, dos sistemas produtivos. “Repensando as relações de gênero (homem e mulher), as relações pedagógicas (pais e filhos) e as relações políticas ou de classes (companheiros)”. Para tal:

Precisamos criar ou recriar a estrutura social. É por meio dela que as pessoas participam da sociedade, exercendo a sua cidadania e desenvolvendo a sua consciência social. Mas é também dentro da estrutura social que ocorre a disputa entre os isso precisamos liberar pessoas para ajudar o movimento popular urbano e rural (sindicatos, associações de moradores, comunidade, etc.) e buscar desenvolver a consciência política por meio das lutas políticas de solidariedade de classe e da compreensão do seu significado. (RECK, 2013, p.32)

Interessante pensar como as relações sociais influenciam, no ato de educar-se, e posteriormente influenciarão na educação dos demais. De forma abrangente o autor relaciona a cooperação com a formação humana, enfatizando a conscientização a partir do privado para atingir as esferas públicas, no intuito de desenvolver o sentido amplo de cooperação.

Para que possa haver mudanças econômicas, união entre os pares, conscientização, e posteriormente à transformação política. A educação no campo deve ter essa abrangência, enfatizada acima.

Porém, “não é da noite para o dia” que as mudanças ocorrem. Elas precisaram de um longo processo de conquistas, que vem ocorrendo desde as escolas famílias agrícolas, *Maisons Familis*, até a criação de leis específicas para a *educação do campo*.

Segundo, Caldart (2012) “o surgimento da expressão *Educação do Campo* pode ser datado”. Nasceu primeiro como *Educação Básica do Campo* no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998.”

Um dos primeiros marcos legal a reconhecerem e utilizar a expressão escola do campo, demarcando uma diferenciação em relação à expressão escola rural, foram as “Diretrizes Operacionais” para educação básica das escolas do campo”, de 2002 (Brasil, 2002) expedidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 36 / 2001:

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 19).

O decreto 7.352/2010 instituiu a Política Nacional de Educação do Campo que compreende por: “Escola do Campo aquela situada em área rural, conforme definidos pela Fundação Brasileira de Geografia e Estatísticas – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente, a população do campo” (BRASIL, 2010).

### **3.3. A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- LEDOC/ UNB.**

A Licenciatura em Educação do Campo LEdoC / UnB tem como objetivo principal formar docentes para atuarem no 3º ciclo do ensino fundamental, e no



ensino médio nas escolas do campo e da cidade que recebem educandos das áreas rurais. (PPP / LEdoC / UnB, 2009).

A Licenciatura em Educação do Campo acontece em dois tempos distintos denominados tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). Com o intuito de permitir que os futuros gestores e professores possam relacionar aspectos científicos com o cotidiano das localidades de origem. Realizando a princípio observações na escola e na comunidade, com o intuito de posteriormente construir um inventário sobre a escola e o seu entorno.

Ocorrendo gradativamente a inserção na comunidade e na escola. Os universitários, após muitas observações, vão detectando os problemas mais relevantes na localidade, e passam a pensar, planejar e executar ações, principalmente para conscientizar os envolvidos em situações de exploração, degradação ambiental, direitos e deveres dos cidadãos, entre outras, encorajando o envolvimento da comunidade escolar na proposição de alternativas de superação e propondo ações de transformação da realidade.

Os educandos da LEdoC, escolheram nomes significativos e a partir de estudos realizados nas aulas de CEBEP (Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular) após passarem pelas plenárias, onde primeiramente se elencavam todas as sugestões de nomes e significados, posteriormente foram escolhidos os que possuíam maior identificação social da turma.

A Turma III denominou-se “Dandara” - guerreira, lutadora na defesa dos quilombos. Suicidou-se, optou por tirar a própria vida, jogando-se numa pedreira, para não entregar-se aos inimigos. Foi esposa de Zumbi dos Palmares.

A Turma IV, “Panteras Negras” – inspirou-se na luta empreendida nos Estados Unidos, por um grupo que lutou pela igualdade de direitos entre negros e brancos. Realizavam ações para combater a discriminação racial. Eram repreendidos pela polícia. Realizavam cafés da manhã, como meio de conscientizar e planejar táticas e estratégias para combater a segregação racial.

A Turma V, “Zumbi dos Palmares” - recebeu o nome porque a maioria dos educandos são oriundos de Comunidades remanescentes quilombolas. E

Zumbi foi um grande líder do povo negro, lutou para garantir a liberdade dos seus.

A Turma VI, “Chico Mendes” – símbolo da luta pelos direitos dos povos da floresta. Teve um papel importante na formulação da proposta das Reservas extrativistas e conseguiu apoio internacional para os seringueiros. (KOK, 2003. p.66)

A proposta de educação construída a partir dos movimentos sociais, contempla os sujeitos de forma abrangente, numa escola pensada a partir das demandas da diversidade que o campo brasileiro contempla.

Barbosa (2012), o currículo, tomado por Silva (2001) como *documento de identidade*, é lugar, espaço, território, relação de poder, relação, viagem, percurso; a cada, “modelo” de ser humano corresponderá um currículo. A LedoC / UnB, juntamente com o ITERRA, construíram o desenho da matriz curricular que objetivou contemplar os sujeitos camponeses, oportunizando aprendizado ligado a sua diversidade cultural, de acordo com as definições do PPP e as diretrizes do MEC para cursos de licenciatura.

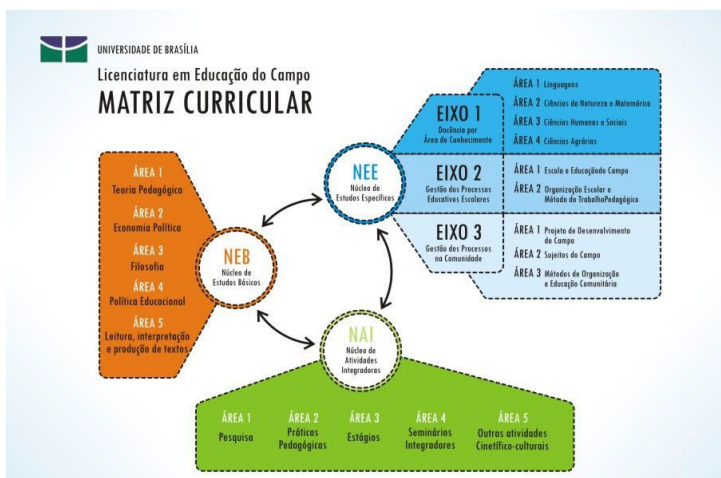


Foto (3). Matriz Curricular. Fonte: Tese de Doutorado de Anna Izabel Costa BARBOSA (2012)

A Matriz Curricular da Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC /UnB, abrange os Núcleos de Estudos Básicos (NEB), Núcleo de Estudos Integradores (NAI) e o Núcleo de Estudos Específicos (NEE).

Cada núcleo (NEB e NAI) contém áreas distintas inseridas. Já o NEE está dividido por três eixos integrando as áreas:

Os núcleos se desdobram em áreas, que se desdobrarão em componentes curriculares de cada área.

Todos os educandos terão um estudo introdutório nas quatro áreas do conhecimento em que o curso poderá habilitar para a docência, tendo em vista uma preparação para discutir o papel no currículo do ensino fundamental e no ensino médio e também para organizar estudos e práticas que integrem as diferentes áreas. Cada estudante fará a opção pela habilitação em uma das áreas da docência ofertadas para sua turma. (BARBOSA, 2012, p.135).

A LEdoC, iniciou em 2007, sem um corpo docente formado, contando apenas com duas docentes efetivas e duas cedidas pelo Convênio da UnB com a Secretária de Estado de Educação do DF. Incorporando-se a estas quatro docentes, voluntários de Universidades Federais e Estaduais, ITERRA, Movimentos sociais, mestrandos e doutorandos. Oriundos de Estados, municípios, e com as mais variadas formações universitárias.

Todos sonhando e enfrentando obstáculos para tornar a LEdoC /UnB, um curso institucionalizado e regular, em regime de alternância semestral.

Atualmente a LEdoC /UnB está atendendo a 7º turma. E no ano de 2015, as ofertas de vagas foram dobradas (divididas em três áreas distintas: Linguagens, Ciências Naturais e Matemática), anteriormente era recebida uma turma por ano ofertando 60 vagas, e depois de um período de núcleo básico, as turmas, subdividiam-se apenas em duas áreas: Linguagens (Língua Portuguesa, Artes, Literatura) e CIEMA – Ciências da Natureza (Química, Física, Biologia) e Matemáticas.

A partir da turma IV, os Estado do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, deixaram de ser público atendido preferencialmente pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo. Devido à distância e a dificuldade dos docentes em acompanhar estes universitários em tempo comunidade (TC).

Uma das entrevistadas afirmou: ME4 “Eu e minha família devemos agradecer a Deus e a LEdoC. Por isso, é que eu defendo esta Educação do Campo, que pena que não vai mais ter vagas para pessoas do [...] fico muito lisonjeada por ter essa formação.”

Esperamos que todos os Estados brasileiros abram suas portas, ofertando formação adequada aos docentes que atuam ou atuarão nas escolas que atendem a população camponesa. E que a implantação da educação do campo, se dê a partir da conscientização (formação) dos docentes e da

preparação (conscientização) da comunidade escolar (alunos, pais, demais formadores de opinião que atuam direta ou indiretamente com os educandos).

A mais de uma década da abertura, conquistada a duras penas, de espaços antes inconcebíveis para a população camponesa. As universidades vêm recebendo universitários que causam estranheza entre os demais. São diferenciados, causam estranheza, volto a repetir para não utilizar palavras como preconceito, classe, cor, gênero, faixa etária diferenciada.

Aos poucos fomos conquistando, respeitando e sendo respeitados por trazermos de nossas comunidades saberes, capacidade de adaptação, respeito para com a diversidade. E se ao acessarmos, o curso de Licenciatura em Educação do Campo, também estranhávamos tamanha diversidade, aos poucos na convivência, fomos descobrindo riquezas de saberes, na convivência cotidiana, descobriu-se as riquezas de experiências que nos modificaram uns aos outros.

As diferenças ou pluralidade compartilhada, na sala de aula, num período integral, e posteriormente dividindo o espaço destinado ao descanso, ao estudo individual, mas, sobretudo coletivo. As mulheres em todo esse turbilhão de informações, prazos para entregar trabalhos, espera para usar o banheiro, os ciclos menstruais, a TPM (Tensão Pré Menstrual). A vida deveria parar pelo menos três dias por mês, mas ainda não adquirimos tal direito.

Moura (2014),apresentou dados de sua pesquisa, realizada com os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo- LEdoC/ UnB.

Elencou dados a respeito do perfil de egressos da LEdoC/UnB, demonstrando que o número de mulheres cursando a licenciatura, é muito superior ao número de homens.

Percebemos na turma IV, a maior disparidade proporcional com relação ao gênero. Quando houve a separação por áreas de habilitação, na Turma de Linguagem a diferenciação por número de universitários e também pela presença de apenas três futuros professores, em contrapartida a área de CIEMA contou com a maior presença masculina.

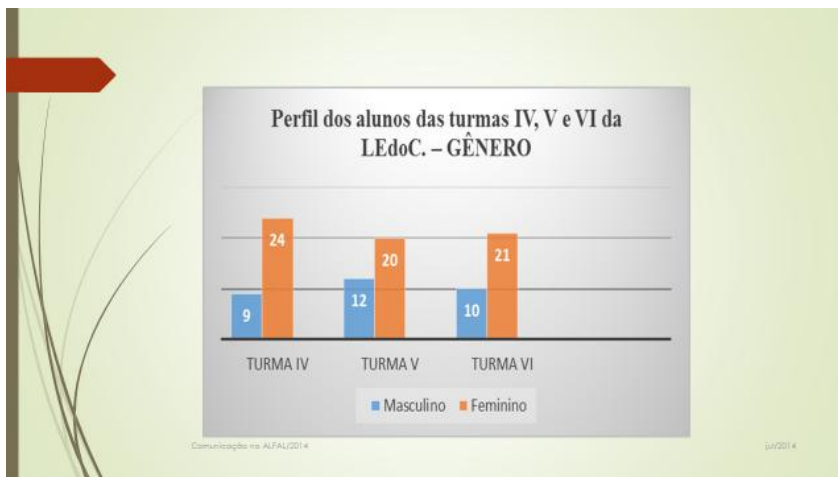


Foto (4). LEdoC Gênero. Fonte: Moura, A. A. V. (Pesquisa de doutorado em andamento)

Curiosamente, isto se confirma também no perfil destes estudantes oriundos do Assentamento Pontal do Marape, Nova Mutum/ MT. Inscreveram-se nove estudantes, um homem e oito mulheres, nas turmas III e IV. Denominadas Dandara e Panteras Negras. O homem iniciou e concluiu a licenciatura na turma III. Dentre as oito mulheres: uma desistiu, duas trancaram matrícula, duas concluíram em 2013. E três estão cursando o oitavo semestre da licenciatura em 2014.



Foto (5) Grupo de estudos, LEdoC/ UnB- turmas III e IV. (Arquivo pessoal).

A LEdoC/UnB é uma ferramenta para a autonomia dos sujeitos do campo, principalmente para as mulheres, que são ao mesmo tempo estudantes, mães, esposas, profissionais que além do trabalho doméstico, possuem vínculos empregatícios, para garantir a subsistência familiar.

Por ser um curso em alternância, aumenta a possibilidade de garantir as mulheres assentadas o direito a formação universitária. A Bolsa Permanência, o auxílio alimentação, o alojamento, a ciranda infantil, influenciam positivamente na permanência das mulheres na universidade. Principalmente para as universitárias da LEdoC / UnB. O alojamento e a ciranda infantil são determinantes para a permanência e conclusão do curso.

O trabalho pedagógico se funda na necessidade das crianças [...] os educadores organizam e planejam os espaços pedagógicos de forma a garantir o equilíbrio entre as diferentes atividades – dirigidas, livres, individuais ou coletivas. [...] O ambiente das Cirandas Infantis é organizado de maneira que a experiência pedagógica apareça nesse ambiente. Por ambiente educativo, entendemos tudo o que acontece na vida da Ciranda, dentro e fora dela. (ROSSETO; SILVA, 2012, p. 126)



Foto (7). Sala onde funciona a Ciranda da LEdoC / UnB. (Arquivo pessoal)

O alojamento foi construído e destinado a um público específico- a Educação do Campo no Tempo Universidade (TU), por um período aproximado de 50 dias por semestre.



Foto (6). Fachada externa do prédio do alojamento da LEdoC / UnB. (Arquivo pessoal)

## **CAPÍTULO 4: IMPACTOS DO CRÉDITO E DA FORMAÇÃO PARA VIDA DAS MULHERES**

As mulheres pesquisadas para a realização desta pesquisa são agricultoras, estudantes da Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC/UnB. Universitárias das turmas III, IV e V. Com idades entre 32 e 52 anos, moram em assentamentos, terra herdada e, em área de concessão de uso do Distrito Federal. Todas acessaram linhas de crédito rural: PRONAF (Custeio, Mais Alimento, Mulher) e o PROSPERA (Programa de microcrédito produtivo da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal, que tem por objetivo fortalecer os empreendimentos de baixa renda dos setores populares, informais e formais das áreas urbanas e rurais, proporcionando a geração de renda).

Atualmente as instituições financeiras estão disponibilizando linhas de crédito específicas para os pequenos produtores rurais (camponeses), mediante organização individual e ou coletiva, buscando oportunidades de prosperar em sistemas produtivos mais adequados aos camponeses. Como o próprio nome da linha de crédito enfatizada por:

ME1- Prospera: é um crédito do GDF, onde produtores rurais também acessam. Esse crédito não foi difícil de acessar, pois o mesmo é liberado até para quem está com o “nome sujo”, desde que faça um grupo maior com 5 pessoas.

O camponês (a) dispõe de poucos recursos, e ao buscar o acesso ao crédito rural, esbarra em questões financeiras para quitar débitos contraídos anteriormente. É enfatizado nos assentamentos, que o parceleiro precisa ter o CPF “limpo”, Para que acessar as linhas de crédito do PRONAF.

O Prospera se apresenta como uma solução parcial para este(as). A formação de grupos pode ser positiva e negativa ao mesmo tempo. Positiva por driblar a inadimplência, e negativa por submeter um grupo a responsabilizar-se por uma dívida coletiva. Ao mesmo tempo em que se apresenta como possibilidade, pode futuramente privar ainda mais o acesso a outras linhas de crédito.

A educação popular promovida pelos diversos movimentos sociais, auxiliam aos camponeses a conhecer os direitos previstos em leis. A educação formal e tradicional está a serviço do sistema capitalista, e como para este



segmento da sociedade o que importa são os grandes produtores e, é comandado pelas multinacionais. Resta aos sujeitos excluídos deste segmento a buscar alternativas para contrapor a essa terrível lógica de exploração do capitalismo.

A educação é uma tríade: família, escola e sociedade. ME2: “Em relação coma universidade, a universidade “melhorar”. Não tem nada a ver. O meu pai nos criou dentro de parâmetros de vida com muito diálogo, honestidade, coletividade mesmo dentro das oscilações, quais forem”.

Aspectos culturais de criação dos filhos, baseado em valores, que atualmente vêm se perdendo. Os pais e os filhos estão ficando confusos com relação ao que está certo.

A mídia insiste tanto, enfatiza a questão de ser honesto, é coisa de matuto, e levar vantagem é coisa de gente esperta. Uma mentira dita muitas vezes, torna-se “normal”, ou quase uma verdade. Acreditamos na educação que vem de berço, onde o exemplo vale mais do que mil palavras.

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por essa ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles. (FREIRE, 1996, p. 16)

Não pode existir educação somente na teoria, o dia a dia e as ações dos sujeitos participantes do processo educativo, acabam sendo percebidos integralmente e, é a prática com certeza que ficará registrada e será lembrada muito mais do que os conceitos ensinados. Como escreve Freire (1996) o professor que realmente ensina nega a formula “faça o que mando e não faça o que eu faço.” Os exemplos e atitudes falam por si. Pensar certo é fazer certo.

Viver sem cair em contradições. Defender pontos de vista nos quais acredita, ser ético, misturando prática e teoria. E, assim ganhar o respeito daqueles que passam horas em sala de aula atentas muito mais a atitudes do que a discursos vazios, que mudam de acordo com o vento, ou a cada modismo. Devemos ensinar adolescentes, jovens e adultos a pensar certo e fazer certo, como escreveu Paulo freire em seu livro Pedagogia da Autonomia,

acrescido da frase que ilustra a capa: “Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém.” Precisamos ensinar a pensar, criticar, e a propor soluções.

#### **4.1. IMPLICAÇÕES DO ACESSO AO CRÉDITO PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES**

Implicações são relações de antecedência e consequência do acesso ao crédito:

[...] Porque hoje na maioria dos assentamentos as mulheres trabalham, mas não administram os recursos nem participam das decisões sobre a produção. E se isso não mudar fica difícil discutir a emancipação das mulheres, [...] (RODRIGUES, 2006 p.33).

Quantas repetem tais práticas no cotidiano, no cuidado doméstico, com os filhos e marido, sem nem se quer perceber que tudo isso é cultural, e herdado na maioria dos casos da sociedade patriarcal. Onde o homem é que comanda e por consequência, também, é tratado como tal.

E, não podemos nos culpar por termos sido educadas para sermos submissas, primeiro ao pai, às vezes aos irmãos e quando formamos nossa família continuamos repetir voluntariamente ou na maioria dos casos inconscientemente, a essa lógica de submissão e de servidão ao esposo e aos filhos.

ME5: Minha relação com minha família continuou abençoada como sempre, não percebi nenhuma mudança desfavorável, quanto a isso, eles são as mesmas pessoas comigo, são maravilhosos. Quem fez a administração do recurso foi o meu pai e meu esposo, eu quase não interfi em nada porque confio na decisão deles, eles até me deixaram a vontade para opinar, mas eu já estava a par do que seria feito, então apenas concordei com as decisões tomadas.

ME6- Tive grande apoio do meu marido para começar a faculdade, e mantemos um bom relacionamento. Pois eu já liderava a associação de moradores e produtores.

Quando estou em tempo universidade (TU), no domingo eu preparo a alimentação do meu esposo para a semana toda. Não tenho descanso no domingo: lavo, passo, arrumo, limpo, e quando precisa fazer pagamentos de água, luz, cartão de crédito, impostos, entre outros, eu os faço no intervalo do horário de almoço. Vou ao contador. Sempre tive autonomia, com diálogo par resolver os compromissos financeiros, familiares, lazer, tudo.

Portanto, o patriarcalismo precisa ser combatido com muito diálogo e conscientização das mulheres. Existe uma grande quantidade de mulheres que reproduzem a lógica do patriarcado na contemporaneidade, sem perceber na maioria dos casos, o que é pior.

E somente quando há à possibilidade do despertar da consciência, através dos departamentos de gênero, acontecem então as lutas para a conquista de novos direitos e a luta para assegurar o cumprimento das leis existentes.

ME1- Meu filho não acreditava muito, nem mesmo no processo da reforma agrária, quando eu cheguei a um ano atrás foi muito difícil, hoje em dia isso mudou e os créditos serviram para que ele pudesse se animar e me ajudar mais.

Ela afirma que na hora de escolher o investimento do crédito (perante a família): “sim, eu decidi e ninguém opinou.” E acrescentou:

ME1 – Senti que pude realizar os meus sonhos que é viver da propriedade, esses créditos pode dar um início a isso, existe outras linhas que vai dar uma contribuição total. [...], pois tem só um ano que estou na parcela e ainda não acessei os créditos do INCRA, pelo fato do nosso assentamento ainda não estar totalmente regularizado.

O acesso ao crédito conforme ME6, afirma que,

Melhorou a qualidade de vida em todos os termos. Supriu as necessidades básicas, que toda família deveria ter.[...]. Esse ano peguei o PRONAF / Mulher para plantar tomate, irrigado através de gotejamento. Usa o sistema de meeiro, onde as despesas e o lucro são divididos (50%), entrei com o capital (PRONAF e com a terra) e o meeiro com a força de trabalho.

Marx escreveu sobre a exploração da força de trabalho, onde o trabalhador por não possuir bens “vende” sua força de trabalho. O meeiro é o reflexo de uma sociedade, onde poucos conseguem ter acesso a terra e aos créditos nas instituições bancárias.

ME6- “Hortifrutigranjeiros – horta e granja de aves (integração).” Quer dizer, a empresa entrega nos aviários os pintinhos, a ração, etc. e o produtor entra com a estrutura adequada e a mão de obra. E ainda para obter

lucratividade existe um cálculo baseado no peso do frango no ponto de abate e a quantidade de ração consumida por cada ave em média – equivalência.

Assim como o meeiro, o camponês que trabalha no sistema de integração é explorado pelo sistema capitalista. Campos (2009, p.109) “os agricultores que consomem insumos e máquinas modernas não podem ser confundidos com o agronegócio, caso contrário, todos nós consumidores de mercadorias, seríamos capitalistas.”

As atividades remuneradas na terra elencadas na pesquisa pelas Mulheres Estudantes (ME 1, 2, 3, 4, 5, e 6), foram:

- produção de leite; venda de polpa de frutas, frango caipira e semi caipira, porco, ovos, milho, mandioca, cana /rapadura, leite e frutíferas (frutas in natura), agro extrativismo consciente de caju, cagaita, baru e jatobá, criação de gado nelore, gado de corte e hortifrutigranjeiros – horta comercial e granja de aves (integração).

Quanto a atividades (trabalhos) não remuneradas das seis mulheres pesquisadas, duas deixaram claro a falta de compreensão do que seria atividade não remunerada na “propriedade” (sítios, chácaras, lotes, etc.), uma delas questionou se poderia ser carpir, e a outra respondeu com um ponto de interrogação. Foram elencadas as cinco respostas:

- ME6 “Cuidar de casa, administrar folha de pagamento de dois funcionários (que está dentro dos parâmetros da agricultura familiar)”.

- ME5 “A mulher faz os afazeres domésticos e não ganha nada por isso, além de ajudar os maridos na época de cuidar das roças: limpar, plantar, produzir e vender, o restante fica para as despesas da família.”.

- ME4 “poderia ser carpir?”. Após uma intervenção da pesquisadora respondeu “Não pagamos nem a roçada nem a carpida do nosso sítio.” E o serviço de casa? “Mais esses não são remunerados.”

- ME2 “Trabalho de lidas na cozinha e na roça. Não diria remunerado, pois um trabalho liga ao outro, no sentido, o trabalho na roça de milho eu alimento os frangos, que vendo. A comida feita na cozinha alimenta quem trabalha na atividade que gera renda.”

- ME1 “Não existe trabalho não remunerado.”

A partir desses dados podemos trazer estudos que comprovam a invisibilidade do trabalho, quando não é remunerado financeiramente. Ficando relegado a obrigação, ajuda ao homem, afazeres domésticos.

No entanto, percebemos na maioria das respostas um posicionamento de compreensão de que a atividade não remunerada é trabalho sim. E como analisa uma das ME2 *“não diria remunerado, pois um trabalho liga ao outro.”* Somente quem faz essa diferenciação é o mundo capitalista e globalizado.

Por exemplo, quando as pessoas se reúnem para realizar um trabalho voluntário, o chamam de *“ação.”* No campo onde ainda se preservam os costumes tradicionalistas, isso se chama *“mutirão”*, ajuda ao próximo, trabalho comunitário para construir algo para beneficiar alguém ou um grupo. Somente voltando às raízes do problema – a industrialização/ capitalismo

Segundo a CONTAG, (20° Grito da Terra), o Plano Safra da Agricultura Familiar as mulheres trouxeram à mesa, proposições que foram anunciadas, depois de mais de um ano de debates:

[...] 2- Uma das reivindicações das mulheres rurais presentes na 2° Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário era a paridade na Assistência Técnica, ou seja, 50% de atendimento para as mulheres. Agora tornou-se realidade oficialmente na execução do Plano Safra 2014/2015. [...] 5-Outra novidade do novo crédito de instalação é a operacionalização via cartão, garantindo agilidade para acessar os recursos, e que inclusive estarão em nome das mulheres, como forma de garantir maior participação das companheiras nas tomadas de decisão em família. (CONTAG/ 2014 p. 11).

Confirmando a demanda por assistência técnica para a agricultura familiar, a Mulher Estudante nº2 (ME2) relata: *“Sim, porém eles só falam em pecuária / plantio com adubos químicos (Insumos químicos). Não favoreceu em questão de assistência técnica, acompanhamento para o resultado positivo da agricultura familiar.”*

Campos (2009) *“os agricultores que consomem insumos e máquinas modernas não podem ser confundidos com o agronegócio, caso contrário, todos nós consumidores de mercadorias, seríamos capitalistas”* (p.109).

ME2. Esse crédito favoreceu a movimentação da construção objetivada como: compra de equipamentos, organização para adequar aos objetivos e as vendas dos mesmos. Na relação com minha família, nada.

Segundo consta em documentos do MDA (2008), em 2004 ocorreu à unificação dos movimentos femininos autônomos do campo que eram organizados em 19 estados do Brasil, surgindo o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC-Brasil). Desde a década de 1980:

[...] apostam na educação popular como instrumento de libertação, tanto para que as camponesas possam desenvolver uma consciência crítica, quanto para que aprendam a se valorizarem, tornando visível o invisível, ou seja, revelando a importância do trabalho das mulheres do campo. (MDA, 2008, p. 196).

Uma dessas conquistas foi a implementação de créditos rurais, favorecendo a emancipação e implementação de políticas públicas, que oportunizam a implantação de sistemas produtivos, próprios para as mulheres, oportunizando maior independência financeira, e também complementar a renda da família residente no campo.

O público pesquisado, mulheres camponesas estudantes da LEdoC / UnB, apontaram os créditos acessados e quais foram os maiores entraves encontrados:

ME2 – “PRONAF/ PAA E PENAE. As dificuldades foram muitas, são exigidos mecanismos usados por grandes produtores. E não levam em conta de que o empréstimo é para agricultor familiar.”

ME3 – “PRONAF, PROSPERA e agora o Crédito Mulher. As burocracias documentais.”

As maiores dificuldades para as pequenas (os) produtoras (es) é a burocracia. Segundo o Dicionário Aurélio, *burocracia* quer dizer: “administração da coisa pública por funcionários, sujeita a hierarquia, rotina e regulamentos inflexíveis.”

ME4 – PRONAF A, Custeio, Mais Alimento. Dificuldade foi encontrar as pessoas para me avaliar, porque o resto foi assim fiz um projeto na [...] depois eu levei até o banco para

ser aprovado, depois tive que correr atrás das notas de cada coisa que eu queria fazer, levei ao banco e em três dias o dinheiro estaria na conta das pessoas de quem eu tinha comprado as coisas.

A maior dificuldade encontrada por ME4 “foi encontrar as pessoas para me avalizar”, devido à titulação provisória da parcela em que reside no assentamento, que aguarda pela demora habitual dos departamentos, da titulação definitiva e por não bens materiais (casa, carro, etc.) para servirem de garantia para o financiamento solicitado, então resta apenas encontrar pessoas com posses ou com a DAP adequada para servir de avalista, na instituição bancária.

ME5 PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).[...] apresentação da DAP- Declaração de Aptidão ao Programa. São classificados quem enquadra no grupo A, B e C. É um sistema burocrático, é preciso paciência para avançar cada etapa do processo, [...] se não for persistente desiste no meio do caminho, é duro, mas essa é a realidade do povo camponês.

Ambas registram os entraves burocráticos, que foram submetidas para acessar as linhas de crédito pelas instituições financeiras, e ME5 afirma, “se não for persistente desiste no meio do caminho, é duro, mas essa é a realidade do povo camponês.”

Para a entrevistada ME6, a maior questão burocrática refere-se e variam de uma instituição bancária para outra, e considera que uma delas a favoreceu mais, sendo mais acessível para os produtores da agricultura familiar.

PRONAF Mulher e Mais Alimento. Nenhuma dificuldade, levando carta de anuência da Secretária de Agricultura do DF, análise da terra, projeto feito pela [...], DCAA (Licença ambiental feita pela secretária de agricultura), isso no BRB (Banco de Brasília). Já no Banco do Brasil a burocracia é maior.

Ela relata que foi líder dos produtores da comunidade onde reside, experiência que favoreceu para aprendizados caminhos a serem percorridos na aquisição de valores monetários (financiamento), para trabalhar em atividades agrícolas.



Foto (8). Fachada externa do Banco Rural de Brasília. Planaltina /DF. Registrada em 20/11/14. (Arquivo pessoal).

#### **4.2. IMPLICAÇÕES DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA AS MULHERES DA LEDOC / UNB.**

As consequências do acesso das mulheres ao ensino superior, é positivo. Pois, elas tornam-se exemplos para as demais. Influenciando outras mulheres a também buscarem a conclusão do ensino fundamental, e a seguir o caminho da formação superior como meta.

ME6 – Como mulher e esposa vejo o mundo de outra forma, sempre vejo uma solução para os problemas, não deixando que se torne um empecilho. Antes de eu entrar na LEdoC, eu não me perguntava o porquê das coisas, dos comportamentos humanos (de jovens, adultos e crianças). Professor Jair Reck, nos ensinou a ver e viver dialeticamente. Sempre via o que mídia transmitia como verdades prontas e acabadas.

Passei a valorizar os indígenas, os movimentos sociais, porque o capital explora as áreas até o seu esgotamento e depois querem as terras produtivas que nunca foram exploradas quimicamente.

É um caminho de conquistas, iniciado por algumas e seguido por tantas outras, impulsionadas pela coragem das companheiras, vão trilhando o caminho da instrução para libertar-se das amarras historicamente construídas.

Quando as camponesas optam por acessar o ensino superior, as famílias ficam em casa tendo que se manter sem a referência feminina no lar. Os filhos obrigam-se a organizar sem a presença materna, precisam



amadurecer, e responsabilizar-se por tarefas antes realizadas sob a supervisão da mãe.

A desigualdade de gênero, citado pela Cartilha Construindo a Igualdade, afirma que: “A supremacia do poder masculino estendeu-se pelos mais diferentes períodos históricos, e ainda hoje, tem força na sociedade contemporânea, porém com outros contornos contraditórios.” (CONTAG, s/d p.11).

ME1 – Minha família começou a me ver como uma pessoa capaz vê que eles me acham inteligente, sempre me fazendo perguntas. [...], pois conquistei alguns projetos por estar cursando LEdoC e continuo tendo algumas conquistas.

Apesar de terem conquistado inúmeros direitos às mulheres empreendem lutas no cotidiano nas esferas privadas e públicas. Apoiando-se entre si mesmas, formando grupos e unindo-se para que houvesse conquistas das quais desfrutamos atualmente.

Conforme CONTAG (S/D, p.16) “com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, foi fortalecida a rede de informações e pressão das mulheres no processo Constituinte”. Através deste conselho elas lutaram e conquistaram os direitos previstos na Constituição de 1988.

Dentre os quais podemos citar os mais enfatizados nesta pesquisa que são a Concessão de Uso de Terras, Direitos Previdenciários e o reconhecimento da profissão: Agricultora. Deixando de se apresentar como “do lar”, citado em inúmeros registros de nascimentos de filhos de mulheres que sempre trabalharam, mas não tinham uma profissão para preencher essa lacuna histórica. Pois, “do lar”, não é profissão, e, portanto não serve para comprovar tempo de serviço para fins previdenciários.

ME1-Não me sinto mais só mãe e mulher, me sinto capaz, descobri que não sirvo só para ser dona de casa, mas que também tenho capacidade e não sou inferior e com mais um pouquinho de esforço posso ser independente.

ME5: Profissionalmente: com certeza hoje sou mais habituada socialmente, tanto na escola como na comunidade. E as pessoas me olham com outros olhos, é como se eu valesse mais do que antes, para mim o que é importante é o que consegui assimilar durante o meu percurso na LEdoC.

Como esposa e mãe deixei a desejar porque foquei muito nos estudos e como mulher me sinto realizada em poder ser alguém formada e com uma bagagem valiosa para ter um futuro brilhante como educadora.

As entrevistadas enfatizam que ao ingressarem na universidade, esta as despertou e promoveu modificações significativas em suas vidas houve alterações de comportamento e ambas, se descobriram capazes de ir além do que e elas próprias imaginavam. O sonho de independência veio junto com o fortalecimento da autoestima “não sirvo só para ser dona de casa, mas que também capacidade e não sou inferior”.

A convivência social e o aprendizado de conhecimentos científicos assimilados na Licenciatura em Educação do Campo as tornaram mulheres mais participantes, ocupando os espaços escolares e comunitários, sentindo a valorização familiar e social. Oportunizando sonhar e possivelmente concretizar projetos de vida diferenciados.

A LEdoC na melhoria profissional e familiar (mãe, mulher e esposa), as mulheres na maioria declaram os benefícios do curso na sua vida profissional e pessoal, no cotidiano. E a licenciatura veio para contribuir positivamente tanto na vida familiar como no relacionamento com os colegas de trabalho, enfatizando terem aprendido a dialogar mais, principalmente com os filhos e no ambiente profissional:ME2: “Contribuiu para a minha melhoria na parte de conhecimento teórico, organizativo escrito, construiu o hábito de debater os pontos fortes, fracos e ameaças em coletivo seja do macro ao micro – coletividade para além da família”.

ME3: Hum o início foi turbulento, só agora no final estou sendo apoiada, vejo que é por que está acabando. Como mãe vejo que perdi muito por estar longe de meus filhos. Como mulher fiquei com 90 kg, estou sofrendo para voltar ao peso normal, e como esposa não vejo que houve mudança. Na melhoria profissional, sim e muito.

Quanto à melhoria profissional, ME3, afirma que houve melhorias muito significativas. Ela considera perda o tempo que se ausentou, ficando longe dos filhos. Como esposa afirma: “Hum o início foi turbulento, só agora no final estou sendo apoiada, vejo que é por que está acabando.” E conclui, “e como esposa não

vejo que houve mudança.” O acesso à universidade não alterou o relacionamento conjugal.

ME4: No profissional na convivência com meus colegas. Saber cuidar do próximo, isto eu já sabia, mas a LEdoC fez eu entender melhor e saber trabalhar em grupo e dividir tudo no nosso dia a dia, não só as tarefas, mais sim tudo o que nos cerca, até mesmo as coisas boas e ruins, isto nunca vou esquecer. [...] fico muito lisonjeada por ter essa formação.

A Licenciatura em Educação do Campo, LEdoC /UnB, proporciona uma formação integral. Ninguém entra e após quatro anos sai sem apresentar marcas visíveis para a própria vida, em aspectos profissionais, políticos e familiares.

ME5- No aspecto social minha família me dá a maior força e me vê com uma vencedora, pois era o meu sonho depois de tantas lutas na vida. Ainda consegui fazer parte desse batalhão do saber. Para eles foi mais uma conquista para a família. Me sinto mais apta a lidar como mãe, principalmente minha formação me concedeu um novo norte para a minha vida familiar, e também sou mais crítica quanto a nossa realidade.

A Educação do Campo é uma licenciatura diferenciada com o objetivo de formar estudantes camponeses, profissionalizando e possibilitando estes tornarem-se professores comprometidos com a realidade nas áreas rurais, trabalhando criticamente e valorizando aspectos culturais dos educandos.

Educação popular não quer dizer exclusivamente educação da classe pobre; porém que todas as classes da nação que é o e a mesmo que o povo sejam bem educados. Assim como não há nenhuma razão para que o rico se eduque, e o pobre não, que razão há para que se eduque o pobre, e o rico não? Todos são iguais. (MARTÍ, 1975).

A igualdade entre classes não é uma realidade para o povo brasileiro. E, é por essa tão sonhada “igualdade”, que surgiram as iniciativas de combate a disparidade social através da educação. Educação adequada para o despertar da consciência do povo camponês, baseada nas pautas de lutas dos movimentos sociais. A educação do campo veio para contrapor esse modelo imposto pelo sistema capitalista. Onde os sujeitos são vistos apenas força de

trabalho (mão de obra), e lhes é ofertada uma educação volta à profissionalização.

Quanto à participação no processo de conquista e aquisição da terra foram elencadas situações diferenciadas. Houveram mulheres que participaram diretamente no processo de conquista da terra, junto com os movimentos sociais. Há entre elas uma que comprou a benfeitoria existente no lote de assentamento e continuou lutando para permanecer no lote, buscando trabalho não agrícola para complementar a renda do sítio.

É citada a ocupação de terras devolutas do Estado, pelos avôs da mulher pesquisada há muito tempo atrás. E, em outro relato foi o recebimento de terra de herança e a imensa luta da família para manter-se no campo, enfrentando fome, noites sem dormir e cansativas vigílias. Outra categoria encontrada foi a de arrendatária de terras do GDF (Concessão de Uso).

A Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais – 5ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – subsídios para debate. Registra como desafios oito pautas, dentre elas, destacamos para discussão a respeito da emancipação da mulher:

[...] Para tanto, é preciso retirar da mulher a sobrecarga de todo o trabalho doméstico, de modo que tenha tempo também para se capacitar profissionalmente, estudar e mesmo ter algum tempo para o lazer e a cultura. Isso tudo depende não somente das relações na família, mas em grande medida também na revisão das políticas públicas pelo Estado e suas instituições públicas; (CONTAG, p. 9, s/d)

O acesso ao ensino superior depende de muitos aspectos que precisam ser construídos no coletivo, e irem caminhando por árduos caminhos no dia a dia, transpondo obstáculos. Pois, a vida não para, e os sujeitos do campo carecem de políticas públicas, que oportunizem a todos a formação universitária. Muito mais do que um direito, uma necessidade para os povos do campo.

### **4.3- PERCEPÇÕES SOBRE A AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES A PARTIR DO CRÉDITO E DA FORMAÇÃO**

A autonomia conquistada pelas mulheres a partir do crédito e da formação universitária, em Educação do Campo, relatada pelas mulheres estudantes. ME3 afirma, “Foi o começo de muitas conquistas, como a criação de gado. Quanto a melhoria profissional a LEdoC contribuiu: “sim e muito.”

ME4-No profissional, na convivência com meus colegas [...] a LEdoC fez eu entender melhor e saber trabalhar em grupo [...] posso dizer que sou uma pessoa muito melhor e isto eu e minha família devemos agradecer a Deus e a LEdoC [...]

A LEdoC / UnB, contribuiu significativamente para a formação integral das estudantes, devido a proposta de organicidade realizada no decorrer do curso, onde os próprios estudantes são orientados no intuito de auto organização e de gestão. Para iniciar são divididos em grupos de organicidade (GO), e cada grupo elege um coordenador, todas as pautas passam primeiramente pelo GO. Em assembleia os coordenadores expõem os pontos levantados por cada grupo. Os coordenadores da turma auxiliam na organização e todos os pontos da pauta são discutidos na plenária.

Todos podem e devem propor soluções para as demandas apresentadas. Geralmente nas plenárias são realizadas as inscrições para que todos possam falar de forma organizada. Uma vez por semana os coordenadores reúnem-se com representantes do curso, e as pautas que não foram solucionadas, geralmente, questões de ordem administrativa são discutidas e encaminhadas. O resultado retorna para os estudantes em uma reunião específica.

Na reunião de colegiado dos professores e coordenação da LEdoC, há representatividade dos estudantes do curso.

Todas essas experiências, de auto gestão propostas pelo curso possibilitam a formação de sujeitos críticos, capazes de debater diversos assuntos, intervir, avaliar e ser avaliado em um processo cotidiano de organicidade. Muitas vezes desgastantes, mas necessários, para a formação

de agentes transformadores de realidades esquecidas, que necessitam de pessoas que vejam e impulsionem mudanças sociais.

ME5- Como mulher me sinto realizada em poder ser alguém formada e com uma bagagem valiosa para ter um futuro mais brilhante como educadora. ME6- Como mulher e esposa, vejo o mundo de outra forma, sempre vejo uma solução para os problemas, não deixando que se torne um empecilho.

Castilho e Silva (2010, P.187) “A participação das mulheres não agrícolas favorece sua permanência no campo”. A participação das mulheres em atividades não agrícolas, para complementar a renda mensal da família, contribui de forma positiva à permanência no campo, evitando o êxodo rural, onde a mesma mulher continuaria a vender sua força de trabalho, com mais dificuldades do que já encontra no campo.

Muitas mulheres que residem no campo exercem atividades remuneradas fora de seus domicílios para complementar a renda da família. Trabalham em escolas públicas, (serviços gerais) efetivas, concursadas municipais. Sendo o caso de algumas das mulheres pesquisadas.

Na área rural, o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, provedora das necessidades da família – principalmente na horta e no quintal. Isso mostra o peso da divisão sexual do trabalho, no qual as mulheres precisam conciliar afazeres domésticos com atividades produtivas, sejam elas remuneradas ou não, destacando-se a sua responsabilidade com a reprodução da família. Ainda são grandes as desvantagens e a invisibilidade do trabalho feminino bem como do papel das mulheres na agricultura familiar. [...] (CONTAG, s/d).

Atividade fora dos estabelecimentos (BUTTO e DANTAS, 2005) “Nos estabelecimentos em que a mulher é responsável 21% das produtoras declaram ter atividade fora dele”.

No entanto é comum que as mulheres encontrem possibilidades de rendimento não agropecuárias como professoras ou agentes de saúde, quando mais escolarizadas, e empregadas domésticas. [...] a significativa presença dos serviços domésticos como ocupação não agrícola importante para residentes rurais, e ainda descrevem sua baixa

formalidade e rendimentos. (FIGUEREDO; SAKAMOTO, 2010, p.5)

Algumas mudanças na relação com a família, foram relatadas pelas mulheres, após terem acessado o crédito rural. Das seis mulheres pesquisadas a maioria opinou e decidiu no que seria investido o valor do financiamento bancário, acessado. Houveram mudanças positivas na maioria das famílias. Como afirma, ME1 “Senti que pude realizar os meus sonhos que é viver da propriedade[...]. Eu decidi e ninguém opinou. Outra resposta, reação ao questionamento demonstrou o poder de decisão da mulher perante o marido. ME3 “Opinei, e como. Quase deixei meu esposo doido.” Nestas respostas fica evidente o enfrentamento do “poder masculino” com relação ao fator financeiro da administração do dinheiro na família.

ME6 e ME4 demonstraram que mesmo antes do acesso ao crédito havia uma relação de diálogo com os familiares. “Sempre que vamos plantar nós discutimos e analisamos para que finalidade é a linha de crédito. E, mudou o financeiro dentro de casa [...]. Reuni a família e discutimos no que iríamos investir.”

Apenas uma das pesquisadas indicou menor participação quanto ao investimento do recurso, ME5 afirmou: “[...] Quem fez a administração do recurso foi o meu pai e o meu esposo, eu quase não interferi em nada porque confio na decisão deles, eles até me deixaram a vontade para opinar, mas eu estava a par do que seria feito, então apenas concordei com as decisões tomadas.”

A LEdoC /UnB, oferece uma formação crítica, emancipadora, oportunizando reflexões individuais e coletivas. As disciplinas em geral, são trabalhadas de forma a despertar nos futuros professores uma postura crítica desde os fatos históricos, filosóficos, políticas educacionais, educação popular, gênero, ética, desenvolvimento humano, história e memória, prática de leitura e escrita, entre outras. As entrevistadas foram transformadas positivamente durante o tempo de convivência, estudos, e reflexões oferecidos pela Licenciatura em Educação do Campo.

Interessante o reconhecimento da universitária, ao ser questionado, sobre mudanças na vida familiar e pessoal (profissional). ME2- “Nada, na relação com minha família. Apenas, contribuiu para minha melhoria na parte de conhecimento teórico, organizativo escrito, construiu o hábito de debater os pontos fortes, fracos e ameaças em coletivo seja do macro ao micro. [...]”.

Ela foi de uma singeleza ao utilizar a palavra “apenas”, em seguida apontou pontos positivos para a sua formação com grandes chances de vivenciar o cotidiano como mulher crítica, debatedora, e profissional com características ímpares, almejadas na formação de professores e gestores de processos escolares e comunitários da LEdoC / UnB.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se debate sob igualdade entre homens e mulheres, o discurso e a prática estão separados por uma grande distância. Seja ela por questões culturais naturalizadas socialmente, falta de efetivação de políticas existentes entre outras. Sendo primordial a participação e conscientização das mulheres, através de formação por departamentos de gênero dos mais variados movimentos sociais e sindicais, que atuam diretamente no campo.

No caso das mulheres, são elas as mais atingidas por desigualdades socioeconômicas. E como trazem consigo uma afetividade mais aflorada, comparada ao homem, logo esse aspecto levou por longos períodos a mulher a submissão, reafirmo por questões culturais que precisam ser superadas através da valorização do trabalho feminino na esfera privada, da formação escolar e ou organizativa, oportunizando o conhecimento dos direitos, formação política no sentido social, compreendendo o processo histórico / cultural de desigualdade de gênero.

Exercer atividades remuneradas fora dos domicílios para complementar a renda da família, contribui significativamente para a permanência das mulheres e das famílias no campo, com maior qualidade de vida. Desde que seus sujeitos sejam valorizados e tenham asseguradas políticas públicas, favorecendo a vida digna dos camponeses.

A Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC / UnB, possibilita a formação das mulheres camponesas, por se tratar de um curso com períodos semestrais, na instituição, em período integral. Contando com o alojamento, ciranda infantil, bolsa alimentação e bolsa permanência.

A LEdoC capacita mulheres e homens para atuarem como professores de área, gestores escolares, e na gestão de processos educativos, atuando nas comunidades com trabalho formativo organizativo com as famílias e ou grupos sociais. Contidos no Plano Político Pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília.

Os créditos rurais e a formação superior contribuíram para maior autonomia das mulheres pesquisadas. Oportunizaram liberdade financeira e intelectual das camponesas.

Na pesquisa constatou-se que as maiorias das mulheres possuíam autonomia pessoal e profissional, anterior a entrada na universidade e ao acesso ao crédito rural. E que o acesso ao crédito contribuiu para a realização de projetos que geraram renda e oportunizaram melhoria na qualidade de vida da família, e descobriram-se capazes de buscar alternativas através do crédito rural e da formação universitária. Notou-se que traços culturais passam de geração a geração, onde o trabalho feminino não remunerado, mais especificamente o doméstico ainda permanece com dever da mulher. E, é pouco reconhecido pelos familiares, inclusive as próprias mulheres vêem como obrigação.

Embora haja uma sobrecarga de “obrigações”, que a mulher traz para si, o ser mulher é dotado do senso de cuidado com os seus, sobrecarregando o seu cotidiano. Existe uma tendência de cuidado exagerado por parte das esposas/ mães, acarretando tripla jornada para as mulheres que se propõem a conciliar os afazeres domésticos com o desafio de adentrar a universidade e cursar a Licenciatura em Educação do Campo, e estas se deparam com incontáveis desafios para continuar, pois se sentem divididas entre a família e a realização pessoal e profissional.

Os créditos rurais e a formação superior contribuíram para maior autonomia das mulheres pesquisadas. Oportunizaram liberdade financeira e intelectual das camponesas.

## REFERÊNCIAS

BANDER, Deise Graciele. **O Curso Plantando Saúde e o processo de formação /Educação das Mulheres Camponesas**. Trabalho de conclusão de curso. UERGS / ITERRA. Veranópolis, 2006. Acessado em 15/11/14.

BARBOSA, Anna Izabel Costa. **A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/ UnB: do projeto às emergências e tramas do caminhar**. Brasília, 2012. Tese de doutorado. Faculdade de educação. Universidade de Brasília, 2012.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura**. 3ed. abril de 2009. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução Normativa INCRA nº15, de 30 de março de 2004. Diário Oficial da União, n.65, seção 1, p. 148, 5 de abril de 2004.**

BUTTO, Andrea. DANTAS, Isolda. Hora, Carla (org.). **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: Experiências em países do Sul**. 1ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Izabel Brasil Pereira, Paulo Altejano e Gaudêncio Frigotto. 3.ed. 3 reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

CAMPOS, Cristiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio ao agronegócio**. 1ed. Buenos Aires: CLASCO, 2011.

CINELLI, Altair; CAMPOS, Cristiane; RODRIGUES, Inês. **A questão de gênero em espaços educativos dos movimentos sociais do campo**. In: MACHADO, Carmem Lúcia B; CAMPOS, Cristiane S. S; PALUDO, Conceição (orgs). Teoria e prática da educação do campo. Brasília: MDA, 2008. Pgs 174 a 188.

CONTAG. **Jornal da CONTAG. 20° Grito da Terra Brasil**. Ano X / Número112 / Junho de 2014.

CONTAG. **Cartilha construindo a igualdade: Políticas Públicas para as Mulheres Rurais**. S/D.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Verbetes Acampamento**. In Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salette Caldart, Izabel Brasil Pereira, Paulo Altejano e Gaudêncio Frigotto. 3. ed. 3 reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Coordenação de edição Marina Baird Ferreira. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

GASGON, Bruna. **As equilibristas: Para você, mulher que se equilibra na difícil e maravilhosa tripla jornada**. Coleção mulheres no comando. São Paulo: Jardim dos Livros, 2012.

KOK, Gloria. **Trabalhadores em movimento: desafios e perspectivas**. São Paulo. Global: Ações Educativas Assessoria, Pesquisa e Informação, 2003. Coleção Viver Aprender. Livro do aluno.

LEITE, Sérgio. **Verbetes crédito rural**. In Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salette Caldart, Izabel Brasil Pereira, Paulo Altejano e Gaudêncio Frigotto. 3. ed. 3 reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MACHADO, Carmem Lúcia Bezerra. CAMPOS, Cristiane Senhorinha Soares. PALUDO, Conceição. **Teoria e prática da educação do campo: análise de experiências**. Brasília: MDA, 2008.

MEDEIROS, E.A.P. **Limites da Reforma Agrária: lutas, memórias e experiências dos trabalhadores rurais Sem Terra - Assentamento Rio das Pedras Uberlândia / MG**. Dissertação (Mestrado) UFU, Uberlândia, 2008.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A Educação para além do Capital / István Mézszáros**. Tradução de Iza Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. Tradução de: Education beyond capital.

MOURA, A.A.V. **O perfil dos alunos da LEdoC**. Comunicação apresentada no XVII Congresso Internacional Associação de Linguista e Filologia da América Latina (ALFAL). João Pessoa / PB, julho de 2014.

PALUDO, Conceição e DURON, Vanderleia Laodete Pulga. **Movimento das Mulheres Camponesas (MMC BRASIL)**. In Dicionário da Educação do

Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Izabel Brasil Pereira, Paulo Altejano e Gaudêncio Frigotto. 3. ed. 3 reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RECK, Jair. **Abordagem psicossociológica da consciência política construída através da cooperação**. Cuiabá: Ed UFMT, 2013.

ROSSETO, Edna Rodrigues Araújo. SILVA, Flávia Tereza da. **Ciranda Infantil**. In Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Izabel Brasil Pereira, Paulo Altejano e Gaudêncio Frigotto. 3. ed. 3 reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

[www.espacoacademico.com.br/079/79costa.htm](http://www.espacoacademico.com.br/079/79costa.htm). Acessado em 17/11/14

[www.diariodasleis.com.br](http://www.diariodasleis.com.br). Acessado em 09/11/14.

[www.incra.gov.br/assentamentoscriação](http://www.incra.gov.br/assentamentoscriação). Acessado em 09/11/14

**ANEXO****QUESTÕES PARA PESQUISA SEMIESTRUTURADA**

1-Identificação:

-Naturalidade, idade, nome da cidade e estado em que mora:

2-Qual a sua participação no processo de conquista ou aquisição da terra?

3-Quais as atividades que geram renda no seu sítio, chácara ou parcela (sistemas produtivos)? E quais trabalhos não são remunerados?

4-Acessou linhas de crédito rural? Quais?

5-Quais as dificuldades encontradas para acessar a linha de crédito?

6- Você opinou no que seria investido o recurso? (Perante a sua família)

7- O que esse crédito influenciou ou mudou na sua vida?

8-O que mudou na relação com a sua família, a partir da hora que você acessou o crédito rural?

9- A LEdoC contribuir para sua melhoria profissional?

10- Em que aspectos sua vida melhorou? Como a relação com a sua família alterou com o seu acesso à universidade.

11- O que mudou em você com a sua formação superior, como mãe, como mulher e como esposa?